

CENTRO UNIVERSITÁRIO DOM BOSCO - UNDB
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

JULIA YASMIM MOREIRA

PROJETO DE ARQUITETURA SOCIAL: Implantação de anteprojeto arquitetônico de um Centro Comunitário para o bairro do Jardim São Cristóvão.

São Luís

2020

JULIA YASMIM MOREIRA

PROJETO DE ARQUITETURA SOCIAL: Implantação de anteprojeto arquitetônico de um Centro Comunitário para o bairro do Jardim São Cristóvão.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador (a): Profe. Me. Arthur Lacerda Cavalcante.

São Luís

2020

Moreira, Julia Yasmim

Projeto de arquitetura social: implantação de anteprojeto arquitetônico de um Centro Comunitário para o bairro do Jardim São Cristóvão. / Julia Yasmim Moreira. __ São Luís, 2020.

81 f.

Orientador: Prof. Me. Arthur Lacerda Cavalcante.

Monografia (Graduação em Arquitetura) - Curso de Arquitetura– Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco – UNDB, 2020.

1. Centro comunitário. 2.Espaços urbanos - Lazer. 3. Segregação espacial. I. Título.

CDU 711.4(812.1)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por permitir a minha chegada até aqui, diante todas as dificuldades físicas e mentais ao longo do caminho, sempre me fez manter forte e persistente e não desistiu de mim. A mim, que sempre tive foco ao longo de 6 anos de curso, na batalha para sempre dar o meu melhor em tudo.

Agradeço a minha mãe, que é meu pai também, por também nunca desistir de mim, por sempre lutar para me dar o melhor, sempre me orientar com suas sábias palavras, por me sustentar de todas as formas desde o berço até os dias atuais; por me educar da melhor forma e fazer com que eu me tornasse o ser humano capaz que sou hoje.

Aos meus familiares, que me ajudaram e me incentivaram para que eu chegasse até onde estou. Aos meus primos Beatriz e Maciro Patrick, por me incentivarem e estarem sempre comigo. Dedico esse trabalho em especial a minha tia querida Helena Moreira, que hoje não se encontra mais entre nós e minha maior perda do ano de 2020, quem me incentivou, quem se preocupou por todas as vezes que chegava tarde da noite da faculdade, a quem me ensinou a ser uma pessoa melhor, a ter paciência, a cuidar melhor das pessoas, a me importar mais com cada um. Por ter ajudado a mim e a minha mãe nos seus últimos dias de vida e ter transformado as nossas vidas com a sua presença e no fundo, com sua bondade e reconhecimento.

Agradeço aos meus poucos amigos, mas amigos sinceros e presentes que fazem da minha vida e do mundo, um lugar melhor. A minha amiga Seana Ferraz, por ser aquela amizade que mesmo de longe, está sempre presente. Por conseguir materiais para este trabalho quando mais precisei, por me ajudar sempre que pode, por me aturar nesses 13 anos de amizade. Logo, sintam-se privilegiada, pois esse trabalho também é fruto da nossa eterna amizade. A Demetrius Coutinho que chegou a pouco tempo, mas se tornou um grande amigo e me ajuda da mesma forma sempre que pode. Amo vocês!

Aos meus amigos, Alessandra Monteles por ser minha amizade a distância que mais me apoiou e nunca se afastou, a Luiz Victor amigo que a vida me deu e me incentiva de todas as formas todos os dias. Aos meus amigos que a faculdade me deu, tanto da UNDB quanto Pitagoras, que são poucos que carrego, mas que fizeram toda a diferença na minha vida. Em especial, dedico este trabalho aos meus amigos irmãos, Rodrigo Martins e Nayane Martins, que fizeram dessa jornada, uma jornada mais divertida e descontraída, cada qual com seu jeito de ser, as brigas que não podem faltar em qualquer grupo, mas que se mantem firmes

na amizade. Obrigada por sempre me acolherem da melhor forma na casa de vocês, por me aconselharem quando precisei, por me apoiarem e estarmos sempre juntos.

A querida Iara, arquiteta da Secretaria Municipal de Obras de São José de Ribamar, a qual compartilhou seu conhecimento comigo no estágio e sempre se dispôs a ajudar mesmo depois da minha saída. A Jackson, orçamentista da secretaria, por sempre estar presente mesmo quando não era sua função ensinar, mas sempre se prontificou a ajudar e a incentivar durante e depois do estágio.

Essa vitória não é só minha, mas de todos vocês que contribuíram, diretamente e indiretamente, para que essa fase se findasse da melhor forma.

Até aqui nos ajudou o Senhor. 1 Samuel 7:12.

“Queremos uma sociedade educada e civilizada.”

Jorge Coli

RESUMO

O crescimento desordenado das cidades afeta diariamente a qualidade de vida das pessoas, uma vez que o crescimento gradativo traz consigo mazelas para a sociedade, excluindo e dividindo as classes sociais e seus privilégios. Os espaços públicos destinados a educação, lazer, vão sumindo cada vez mais, sendo substituídos por edificações e não dando margem ao lazer e a vida saudável no meio urbano. O desenvolvimento das cidades não deve ser algo relacionado ao crescimento, a qualidade de vida e bem estar da população também deve estar estruturada em um bom desenvolvimento. Os bairros mais periféricos são os que mais sofrem com todo esse crescimento, os olhares se voltam para os centros urbanos, esquecendo da existência de vida em locais mais distante. Os incentivos ao lazer e a educação se perdem, a assistência social deixa de existir, logo o espaço para a violência e marginalidade entre a população se abre. Para uma boa qualidade de vida, de desenvolvimento é necessário que a cidade disponha de lugares que fomentem o seu uso, levando o essencial para lugares esquecidos, ou seja, implementando infraestrutura, saneamento básico, sistemas de segurança e viários, bem como lazer, educação e cultura. O bairro do Jardim São Cristóvão é um desses locais que cada dia que passa, se torna um lugar esquecido para implantação de projetos urbanos, projetos que integrem a população. Logo, este presente trabalho visa propor um anteprojeto arquitetônico de Centro Comunitário, atendendo as necessidades da comunidade, contribuindo para a melhora na qualidade de vida e afins.

Palavras-chave: Centro Comunitário. Segregação Espacial. Espaços Públicos. Lazer e educação.

ABSTRACT

The disorderly growth of cities affects people's quality of life on a daily basis, since gradual growth brings with it ills to society, excluding and dividing social classes and their privileges. Public spaces for education, leisure, are increasingly disappearing, being replaced by buildings and not giving rise to leisure and healthy living in the urban environment. The development of cities must not be something related to growth, the quality of life and well-being of the population must also be structured in a good development. The most peripheral neighborhoods are the ones that suffer most from all this growth, the eyes are turned to urban centers, forgetting the existence of life in more distant places. Incentives for leisure and education are lost, social assistance ceases to exist, so the space for violence and marginality among the population opens up. For a good quality of life, of development it is necessary that the city has places that encourage its use, taking the essential to forgotten places, that is, implementing infrastructure, basic sanitation, security systems and roads, as well as leisure, education and culture. The Jardim São Cristóvão neighborhood is one of those places that, every day, becomes a forgotten place for the implementation of urban projects, projects that integrate the population. Therefore, this work aims to propose an architectural draft of the Community Center, meeting the needs of the community, contributing to the improvement in the quality of life and the like.

Keywords: Community Center. Spatial Segregation. Public spaces. Recreation and education.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|----|
| Imagem 01 – Linha do Tempo com marcos da Assistência Social | 22 |
| Imagem 02 – Esquematização da Proteção Social Básica de Assistência Social no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social | 23 |
| Imagem 03 – Esquematização das ações do PAIF..... | 23 |
| Imagem 04 – Quantidade de CRAS em território nacional por região..... | 25 |
| Imagem 05 – Quantidade de CRAS em território nacional por localização..... | 25 |
| Imagem 06 – Quantidade de CRAS atuantes em outros imóveis | 26 |
| Imagem 07 – Quantidade de CRAS que ofertam ou não serviços para ambas faixa etária | 26 |
| Imagem 08 – Rua Beco Belmiro Braga, Vila Madalena/SP..... | 36 |
| Imagem 09 – Ação educacional realizada no Bairro Escola, Vila Madalena/SP | 37 |
| Imagem 10 – Ação educacional realizada no Bairro Escola, Vila Madalena/SP | 37 |
| Imagem 11 – Modelo de fachada de um CEU de 700m ² | 40 |
| Imagem 12 – Modelo de planta baixa de um CEU de 700m ² | 40 |
| Imagem 13 – Modelo de implantação de um CEU de 3000m ² | 41 |
| Imagem 14 – Modelo de setorização de um CEU de 3000m ² | 41 |
| Imagem 15 – Modelo de implantação de um CEU de 7000m ² | 40 |
| Imagem 16 – Modelo de setorização de um CEU de 7000m ² | 42 |
| Imagem 17 – Escola Antônio Derka, Medellin, Colombia | 43 |
| Imagem 18 – Planta de nível | 44 |
| Imagem 19 – Edificação em relação a topografia | 45 |
| Imagem 20 – Plaza | 45 |
| Imagem 21 – Localização | 46 |
| Imagem 22 – Diretrizes construtivas da zona residencial 5 | 46 |
| Imagem 23 – Mapa de situação do terreno dentro do bairro Jardim São Cristóvão..... | 47 |
| Imagem 24 – Foto do terreno de projeto | 48 |
| Imagem 25 – Foto do terreno de projeto | 48 |
| Imagem 26 – Mapa de uso e ocupação do solo..... | 49 |
| Imagem 27 – Mapa de gabaritos..... | 49 |
| Imagem 28 – Mapa com principais usos e fluxos no bairro | 50 |
| Imagem 29 – Escola Municipal U.E.B. Antônio Vieira | 50 |
| Imagem 30 – Terminal de Integração São Cristóvão | 51 |

| | |
|--|----|
| Imagem 31 – Praça do Ipem São Cristóvão | 51 |
| Imagem 32 – Unidade Mista de Saúde do São Bernardo | 51 |
| Imagem 33 – Centro de Ensino Médio Anexo Jardim São Cristóvão | 52 |
| Imagem 34 – Escola Municipal U.E.B. Carlos Cunha | 52 |
| Imagem 35 – Supermercado Mateus | 52 |
| Imagem 36 – Antiga associação do Jardim São Cristóvão | 53 |
| Imagem 37 – Implantação Geral | 63 |
| Imagem 38 – Setorização Bloco A terreo | 64 |
| Imagem 39 – Setorização Bloco A 1º pavimento | 65 |
| Imagem 40 – Setorização Bloco B terreo | 65 |
| Imagem 41 – Setorização Bloco B 1º pavimento | 66 |
| Imagem 42 – Sistema de laje treliçado unidirecional | 67 |
| Imagem 43 – Telha termoacustica | 67 |
| Imagem 44 – Piso emborrachado para playground | 68 |
| Imagem 45 – Brise de madeira vertical | 69 |
| Imagem 46 – Vista geral da implantação | 69 |
| Imagem 47 – Fachada | 70 |
| Imagem 48 – Vista academia ao ar livre | 70 |
| Imagem 49 – Vista playground | 71 |
| Imagem 50 – Vista lateral Bloco B | 71 |
| Imagem 51 – Vista lateral area externa entre blocos | 72 |
| Imagem 52 – Vista complexo esportivo | 72 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 01 – Pesquisa de gênero | 53 |
| Gráfico 02 – Pesquisa de faixa etária | 54 |
| Gráfico 03 – Pesquisa de nível de escolaridade | 54 |
| Gráfico 04 – Pesquisa de prática de atividades físicas | 57 |
| Gráfico 05 – Pesquisa de opinião | 58 |
| Gráfico 06 – Pesquisa de opinião | 59 |
| Gráfico 07 – Pesquisa de opinião | 59 |
| Gráfico 08 – Pesquisa de opinião | 60 |
| Gráfico 09 – Pesquisa de opinião | 60 |

LISTA DE SIGLAS

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

PNAS – Programa Nacional de Assistência Social

PAIF – Programa de Atenção Integral à Família

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 Apresentação..... | 14 |
| 1.2 Objetivo e Justificativa..... | 16 |
| 2 METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO..... | 19 |
| 3 ASSISTÊNCIA SOCIAL | 20 |
| 3.1 Histórico..... | 20 |
| 3.2 Definição de proteção social básica..... | 22 |
| 3.3 CRAS..... | 24 |
| 4 CENTRO COMUNITÁRIO: passado, presente e futuro | 28 |
| 4.1 Londres, Inglaterra (1884): o início | 28 |
| 4.2 Princípios e metodologia de um Centro Comunitário | 28 |
| 5 A ARQUITETURA COMO MEDIADORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL | 33 |
| 5.1 O papel do arquiteto na sociedade..... | 33 |
| 5.2 Projetando para a sociedade..... | 33 |
| 6 ESTUDO DE CASO..... | 35 |
| 6.1 Projetos Nacionais | 35 |
| 6.1.1 Bairro Educador..... | 35 |
| 6.1.2 Estação Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Social..... | 39 |
| 6.2 Projetos Internacionais | 42 |
| 6.2.1 Escola Antônio Derka, Medellín..... | 42 |
| 7 ÁREA DE PROJETO..... | 46 |
| 7.1 Análise do terreno | 47 |
| 7.1.1 Localização..... | 47 |
| 7.1.2 Uso e ocupação do solo | 49 |
| 7.1.3 Equipamentos urbanos | 50 |
| 7.2 Dados Socioeconômicos | 53 |
| 8 LEGISLAÇÃO..... | 55 |
| 8.1 Plano Diretor de São Luís | 55 |
| 8.2 NBR 9050/2015 | 55 |
| 8.3 Constituição Federal de 1988 | 55 |
| 8.3 Lei Orgânica da Assistência Social | 55 |
| 9 CENTRO COMUNITÁRIO JARDIM SÃO CRISTOVÃO | 56 |
| 9.1 Conceito e Partido | 56 |

| | |
|--------------------------------------|----|
| 9.2 Memorial Justificativo..... | 57 |
| 9.2.1 Programa de Necessidades | 61 |
| 9.2.2 Pré-dimensionamento | 62 |
| 9.3 Projeto Arquitetônico..... | 63 |
| 9.4 Detalhes Construtivos..... | 66 |
| 9.2.1 Materiais diferenciais | 68 |
| 9.2.1.1 Brise Vertical | 68 |
| 10 CONCLUSÃO..... | 73 |
| REFERÊNCIAS | |
| ANEXOS | |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O crescimento desordenado das cidades, vem provocando desequilíbrio entre o conforto e a funcionalidade dos espaços. A forma em que vivemos atualmente, mostra que não planejamos nada para o futuro, planejamos apenas para resolver os problemas atuais. Sendo assim, o que vemos nas cidades atualmente, é um grande problema de degradação e vandalismo de espaços dentro do meio urbano. Locais inutilizados, que poderiam servir de grande ajuda no melhor desenvolvimento das cidades.

Quando falamos de “desenvolvimento das cidades”, não nos referimos somente ao crescimento da mesma, mas também como melhoria da qualidade de vida da população. Cidades precárias de espaços sociais destinados ao lazer e educação da população, onde se sintam pertencidas, acolhidas ou integradas naquele ambiente em que vivem. A necessidade de se ter esses tipos de locais destinados ao uso sociocultural dentro das cidades, é significativa. Se a vida, como disse Vinicius de Moraes, é a arte do encontro, a cidade é o cenário desse encontro – encontro das pessoas, espaço das trocas que alimentam a centelha criativa do gênio humano (LERNER, 2013). Logo a cidade é o ponto de encontro dos indivíduos, é nela em que vivemos o nosso dia a dia, é o nosso local de morada, é espaço de desenvolvimento das nossas atividades e afazeres. Sendo assim, é de interesse de todos, que possamos compartilhar de um ambiente onde ofereça pelo menos o mínimo necessário para se viver bem.

Para uma boa qualidade de vida, é necessário que a cidade disponha de serviços em prol da sociedade, sejam eles desde a infraestrutura, saneamento básico, sistema público de saúde, como também direito a educação, ao lazer e a cultura. O desenvolvimento social da população começa a partir da vontade e do querer de se ter um ambiente melhor de se viver. Se a vida na cidade é reforçada, criam-se as pré-condições para fortalecer todas as formas de atividade social no espaço urbano (GEHL, 2015).

Em um país como o Brasil, traçado pela vasta desigualdade social, cada vez mais aumenta a necessidade de olhar para a população e realizar projetos onde a mesma se sinta incluída socialmente e que possa oferecer serviços de direito a elas, bem como de forma acessível a todos. Projetos estes que são medidas de desenvolvimento em bairros periféricos ou carentes com altos índices de desigualdade, exclusão social e violência, com população de baixa renda, precária de serviços públicos e de equipamentos urbanos. Atividades sociais exigem a presença de outras pessoas e incluem todas as formas de comunicação entre as pessoas no

espaço público. Se há vida e atividade no espaço urbano, então também existem muitas trocas sociais. Se o espaço da cidade for desolado e vazio, nada acontece (GEHL,2015).

Na cidade de São Luís, o bairro do Jardim São Cristóvão I e II e suas adjacências, se encaixam nos quesitos de bairros que precisam de projetos sociais que desenvolvam em conjunto com a comunidade, programas de reintegração social. Este bairro, é isento de espaços públicos onde qualquer pessoa que queira desenvolver uma atividade possa realizar com segurança e conforto, ou até mesmo usar desses mesmos locais para lazer em família ou com amigos. Não somente espaços públicos com serviços de lazer e para a pratica de esportes, também sentimos a carência de entidades que ajudem com assistência social em todos os âmbitos necessários. A comunidade moradora, com a ausência desses serviços acabam por procurar os mesmos em outros locais da cidade, se locomovendo muitas das vezes com poucos recursos e com dificuldades, uma vez que todos esses recursos deveriam ser disponibilizados e locados dentro dos bairros para facilitar o acesso a quem precisa.

Existem muitas formas de levar serviços sociais para a população de forma generalizada dentro da cidade, o mais proveitoso é disponibilizar a partir de órgãos ou entidades dentro dos bairros, considerando que a acessibilidade é um ponto importante para estes serviços funcionarem. Projetos sociais são extremamente necessários nas comunidades, direcionados para toda e qualquer faixa etária, dispõe de serviços variados e necessários. Um dos meios estruturados que podem ser disponibilizados esses recursos, são através de centros ou associações comunitárias, uma vez que ambas têm funções de promover atividades socioeducativas para os seus usuários.

Com estes programas sociais, é possível levar para as crianças, jovens, adultos e idoso, cursos profissionalizantes, lazer, cultura, bem estar, maior interatividade e participação social, fazendo assim, com que diminua o índice de pessoas fora desse contexto, se expondo a criminalidade ou de forma desonesta. Ações quando desenvolvidas em prol da comunidade e do melhor desenvolvimento dela, acaba por melhorar a vida da população que se beneficiará dos serviços disponibilizados, transformando aquilo que um dia as pessoas enxergavam como algo distante da realidade e do cotidiano e tornando algo próximo e acessível a todos. E assim, o espaço vai se construindo, as pessoas vão aproveitando para o seu próprio bem estar, irão utilizar a cidade cada vez mais e começar a ter a visão de que elas têm direito sobre aquilo e aprendendo a usar a cidade de forma consciente, alimentando um bom desenvolvimento social.

Visando suprir as necessidades de toda a área da comunidade do Jardim São Cristóvão e adjacências, oferecendo serviços que são escassos dentro do bairro, de forma que

possa contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento social da população. Com um projeto de um centro comunitário, pode-se solucionar a ausência de equipamentos sócio culturais, mediando a transformação na vida da população e também promovendo uma nova centralidade no espaço, fazendo com que a região se valorize cada vez mais. Além de possibilitar – através de uma infraestrutura adequada – integração, educação, diversidade e lazer para os moradores locais, fomentando cada vez mais o uso de forma saudável do espaço público. Logo, o centro comunitário pode agir como um agente incentivador da cidadania, favorecendo o fortalecimento do laço social entre a comunidade.

O arquiteto e urbanista através da sua gama de conhecimento, tenta esclarecer e reforçar a importância do uso dos espaços públicos e fomentando esse desejo na sociedade, projetando espaços adequados para utilização, transformando-o em pontos de encontro dentro da cidade, incentivando a socialização e a busca por direitos. A ideia projetual do centro comunitário é justamente fazê-lo funcionar como espaço e ponto de encontro das mais diversas atividades sociais dentro da cidade, sendo a maior delas, a interação da comunidade. Logo, o arquiteto estabelece sua função social aplicando seu conhecimento dentro do espaço urbano, pensando no bem estar da população ao projetar e acaba por cooperar com a transformação da sociedade através das suas habilidades, adquirindo papel de agente transmissor do bem estar para a população.

1.2 Objetivo e justificativa

Visando suprir as necessidades de toda a área da comunidade do Jardim São Cristóvão e adjacências, oferecendo serviços que são escassos dentro do bairro, de forma que possa contribuir para o crescimento e para o desenvolvimento social da população. Com um projeto de um centro comunitário, pode-se solucionar a ausência de equipamentos sócio culturais, mediando a transformação na vida da população e também promovendo uma nova centralidade no espaço, fazendo com que a região se valorize cada vez mais. Além de possibilitar – através de uma infraestrutura adequada – integração, educação, diversidade e lazer para os moradores locais, fomentando cada vez mais o uso de forma saudável do espaço público. Logo, o centro comunitário pode agir como um agente incentivador da cidadania, favorecendo o fortalecimento do laço social entre a comunidade.

O processo para a elaboração de um projeto que mude a situação social de um bairro ou comunidade, impacta diretamente na qualidade da vida urbana e é a chave para o desenvolvimento dela. A utilização de políticas públicas que tratem sobre essa problemática

social dentro das comunidades periféricas da cidade é importante para o desenvolvimento de projetos sociais.

A atual conjuntura das comunidades do país trata de uma realidade de desenvolvimento social precário, onde elas não são beneficiadas com serviços de assistencialismo ou serviços que promovam o desenvolvimento social.

Art. 4º: respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como a convivência familiar e comunitária, vedando qualquer comprovação vexatória de necessidade. (BRASIL, 1993, p.02).

A importância de estimular novos tipos de projetos sociais para se desenvolver dentro da comunidade é uma solução para a exclusão social que está presente em muitas cidades. Educação, conhecimento, lazer, cultura, não é uma coisa que vemos acontecer dentro de bairros periféricos que seriam os maiores beneficiados com esses serviços. Bairros que estão totalmente a mercê da criminalidade, expondo as famílias, crianças, jovens e adultos à marginalidade.

De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que trata da Lei Orgânica da Assistência Social, é em respeito à população e aos seus direitos que devemos proporcionar serviços de qualidade para que possam se desenvolver em boa forma. Projetos comunitários já desenvolvidos em outros estados do país, mostram claramente a importância da aplicação de tais serviços em comunidades que estejam dentro de situações de risco social. A criação de centros comunitários, que disponham de serviços educacionais, profissionalizantes, esportivos é uma solução que todo Estado deveria promover; não sendo somente um ganho para o Estado, uma vez que propusesse tais projetos, resolveria problemas como por exemplo: a retirada de pessoas da rua, expostas ao crime, oferecendo uma forma justa de vida dentro da educação ou cursos profissionalizantes – mas como também resolvendo a situação de centenas de famílias que buscam pela qualidade de vida, pela visibilidade e disponibilização de serviços públicos para o seu próprio benefício.

Nos estados a fora, a população abraçou os projetos e começou a participar sem dúvida cada vez mais. Como referência, temos o projeto Cidade Escola Aprendiz, situado na Vila Madalena, onde recuperaram um espaço na comunidade onde era totalmente entregue ao descaso e ao vandalismo, utilizado como ponto de venda de drogas, para a revitalização dele. Fazendo novo uso daquele local, onde a maioria da população moradora não frequentava, atualmente muitos fazem uso não só do local, mas como dos serviços disponibilizados a todos que queiram se beneficiar deles (APRENDIZ, 2014)

Este tipo de intervenção não traz benefícios somente a população, mas também para a cidade no seu meio urbanístico, qualificando um espaço para uso das pessoas, proporcionando além de educação, o lazer. Visto que dentro do bairro Jardim São Cristóvão, locais com estes tipos de usos é escasso. Esse tipo de estudo também é capaz de promover conhecimento técnico e acadêmico, servindo como material de pesquisa, uma vez que materiais com este assunto é difícil de se encontrar. Podendo incentivar discussões sobre a escassez de equipamentos urbanos e compreender a necessidade – ainda no período acadêmico – de criar projetos arquitetônicos e urbanísticos pensando no bem estar dos seus usuários. A cidade também sendo influenciada, ganhando um novo ponto turístico e utilizável por toda a população, promovendo cultura, cidadania e economia.

2 METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO

Pode-se definir esta pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. Este presente trabalho tem como característica exploratória. Ressalta que, as pesquisas exploratórias tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, também formular problemas precisos ou hipóteses que possam ser pesquisáveis em estudos posteriores (GIL,2008).

Para a realização desta proposta de anteprojeto arquitetônico, foram feitas pesquisas e análises em diversas escalas para que se pudesse entender as necessidades, demandas e expectativas, analisando as opiniões e características dos moradores e seu entorno. Este trabalho está dividido em três etapas, sendo elas: fundamentação teórica, pesquisa de campo e projeto. A fundamentação teórica consiste em apresentar uma análise geral e histórica acerca do tema através de pesquisas bibliográficas, pesquisa documental, análise de conteúdo, breve abordagem sobre aspectos sociais do espaço, busca por artigos, projetos de conclusão de curso, matérias jornalísticas.

A segunda etapa sendo a pesquisa de campo, buscará entender todo o entorno e a comunidade na qual o projeto será inserido, realizando coleta de dados, conhecendo o público alvo, as necessidades da área, quais instituições já atuam com o mesmo objetivo. Logo serão feitos estudos na área proposta para projeto, sendo eles: uma observação participante, aplicação de questionários qualitativos com questões abertas e fechadas entre a comunidade, sistematização dos dados através de confecção de mapas, analisando qualitativamente e interpretando o resultado do diagnóstico obtido.

Por fim, na concepção projetual, onde será desenvolvido o tema, através dos estudos de caso que permitem reflexões de estratégias para soluções dos problemas que forem encontrados. Sendo traçadas diretrizes para o desenvolvimento da implantação do projeto arquitetônico através de um estudo preliminar, seguido de programa de necessidade criado a partir do diagnóstico obtido na coleta de dados, setorização do espaço que será criado, sendo feito um estudo de manchas, incidência solar, também sendo apresentados estudos gráficos como: planta de implantação, planta de cobertura, plantas baixas, layouts, cortes longitudinais e transversais, e vistas das fachadas e do espaço humanizadas, enfim resultando em um projeto arquitetônico sendo explicado através de diagramas e memorial justificativo.

3 A ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1 Histórico

A solidariedade, a necessidade de ajudar os pobres, doentes, jovens, idosos, incapazes entre outros, é um ato que é praticado desde os tempos mais remotos. Sendo transmitida em suas mais diversas formas, a partir de normas sociais, culturais ou religiosas em todo o mundo. Porém, esse tipo de assistência não era concebido como um direito do cidadão e nem dever do Estado exercer tal função, era considerado apenas como um ato de benevolência.

A assistência, no seu sentido mais lato, significa auxílio, socorro. Onde quer que haja uma necessidade que o interessado não pode resolver por si e não consiga pagar com seu dinheiro, a assistência tem o seu lugar. Assistência a famintos, a sedentos, nus, desabrigados, doentes, mal aconselhados, pobres de pão ou pobres de consolação, tudo é assistência, auxílio, socorro. (CORREIA, 1999, p.13)

A assistência social tornou-se necessária e evidente a partir da Revolução Industrial com o surgimento do capitalismo e da globalização. Britannica (2020) relata que, a exclusão social começou a ficar mais evidente quando várias pessoas deixaram de trabalhar no campo para trabalhar em fábricas, com isso as cidades começaram a ficar superpovoadas e insalubres. Se criando então políticas públicas para ajudar as pessoas que sofriam com o descaso. A Igreja tinha e têm, seu papel social importante presente na vida das pessoas. A mesma, antes das normas legislativas do Estado serem predominantes, dava assistência social a todos que precisavam. À Igreja Católica lhe atribui o sentido da caridade, da benemerência. A nobreza criou o “esmoler” para recolher o benefício e os “vinteneiros”, que visitavam os assistidos e mediam suas necessidades; a Igreja criou os diáconos, que visitavam os assistidos e mediam suas necessidades; as misericórdias coletavam esmolas para ajudar principalmente os órfãos (MESTRINER, 2008).

Em 1543, criou-se a Santa Casa da Misericórdia, em Santos-SP, considerada o primeiro local que prestou serviços sociais no Brasil. Logo, a prática de ajuda no Brasil, sempre estiveram desde o início relacionadas a esmolas e auxílios, sendo longe, portanto, de assumir o formato de política social, a Assistência Social desenrolou-se ao longo de décadas, como doação de auxílios, revestida pela forma de tutela, de benesse, de favor, que, no fim, mais reproduz a pobreza e a desigualdade social na sociedade brasileira (MESTRINER, 2008).

Desde a Idade Média criam-se entidades que prestam serviços de caridade, tanto pelas instituições religiosas como pela caridade leiga. A assistência social se fundia com as necessidades na área da saúde, podendo ser chamada de ajuda médico-social, afetando todos os

órgãos que prestam serviços, manifestando tanto ajuda na assistência à saúde como na assistência social. Depois da Revolução Industrial, com a crise do capitalismo, o Estado se recoloca à frente da sociedade, assumindo suas responsabilidades não somente com relação ao capital-trabalho, mas também pelas condições de vida da população. Mais à frente o Estado brasileiro começa a reconhecer a assistência social como uma política que deve ser regida com a sua direção.

Após essa trajetória de aceitação, é implantado no Brasil o Serviço Social, especificamente em São Paulo no ano de 1936 através da instituição Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), com foco em ajudar a classe operária que sofria com a revolução paulista. Ao analisar a história do Serviço Social no Brasil, chega-se à conclusão que o Serviço Social foi adquirido como a própria superação da assistência. Uma vez que a mesma não passava de caridade oferecida, voluntariamente, pela sociedade (SPOSATI, 1998).

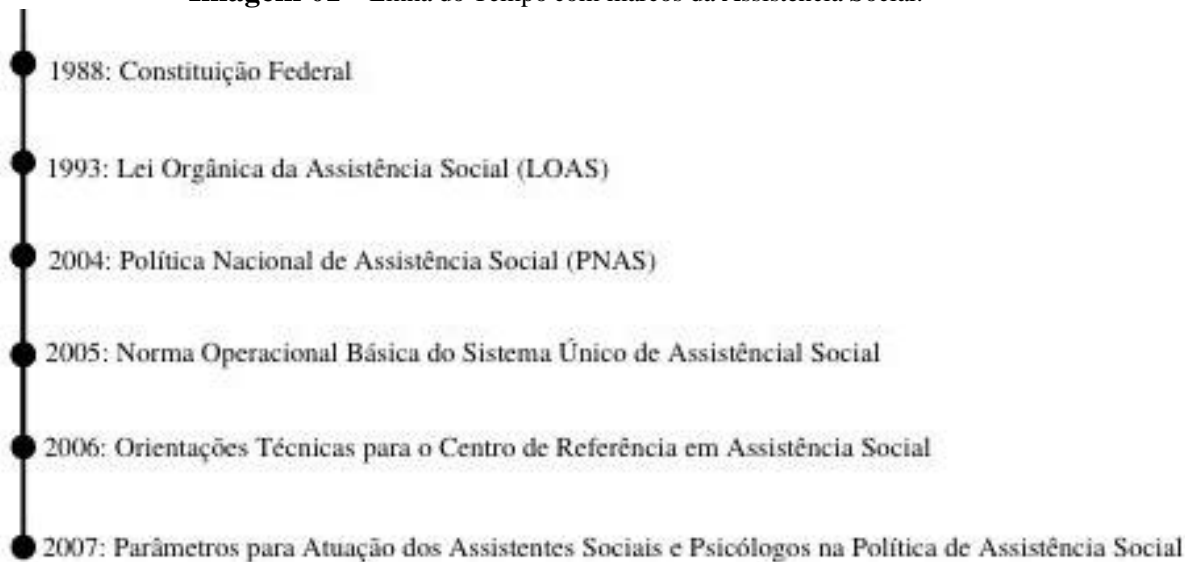
Em 1938, foi-se criado através do Governo Vargas o Decreto Lei nº525 que estabelece o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), organização nacional do Serviço Social que trabalhará em conjunto ao Ministério da Educação e Saúde. Segundo Mestriner (2001, p.57-58):

O conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma das suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica e substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliar. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia.

Após o CNSS, fundou-se a Legião Brasileira de Assistência (LBA), reconhecida como a primeira grande instituição de assistência social e como órgão que colabora com o Estado, no ano de 1942. Objetivando assistência às famílias de soldados brasileiros que foram a combate na Segunda Guerra Mundial. Ainda em 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) propõe medidas assistenciais e educativas adequando o trabalho as necessidades da indústria que estaria em expansão à medida que o tempo passava. Em 1969, LBA passa a ser uma fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, contando com vários projetos e programas novos, passando a amparar indivíduos vulneráveis. Logo, em 1977 surge o Ministério da Previdência e Assistência Social, fazendo com que o Governo Federal trabalhasse com centralidade na Assistência Social.

Através de uma linha do tempo pode-se verificar os principais marcos da Assistência Social como Política Pública:

Imagem 01 – Linha do Tempo com marcos da Assistência Social.



Fonte: Material elaborado pela autora 2020.

A partir da Constituição Federal de 1988, surge um novo significado para a Assistência Social, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Lei Orgânica da Assistência Social, 1993, p.01).

Então, cria-se uma nova política de assistência social, inserindo o bem estar social através do campo da Seguridade Social e da Proteção Social, juntamente ao âmbito da saúde e previdência social.

3.2 Definição de Proteção Social Básica

Destinada a população que vive em situação de vulnerabilidade social, a proteção social básica visa prevenir qualquer situação de risco através de desenvolvimento de potencialidades e aquisições, aproximações e fortalecimento de vínculos afetivos dentro da comunidade. A Proteção Social Básica está inserida dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme o Ministério de Desenvolvimento Social. Todo e qualquer serviço de Proteção Social é prestado através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento de

famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos, bem como à promoção da integração ao mercado de trabalho. (CARVALHO, 2009, p.19).

Prevendo o desenvolvimento de diversos programas e projetos sociais dentro da comunidade, como locais de acolhimento, integração e socialização de famílias e indivíduos, não deixando de integrar aqueles com deficiência, de modo a inseri-las em todas as ações que são ofertadas. Logo, o benefício é igualitário para todos que necessitam de assistência e proteção.

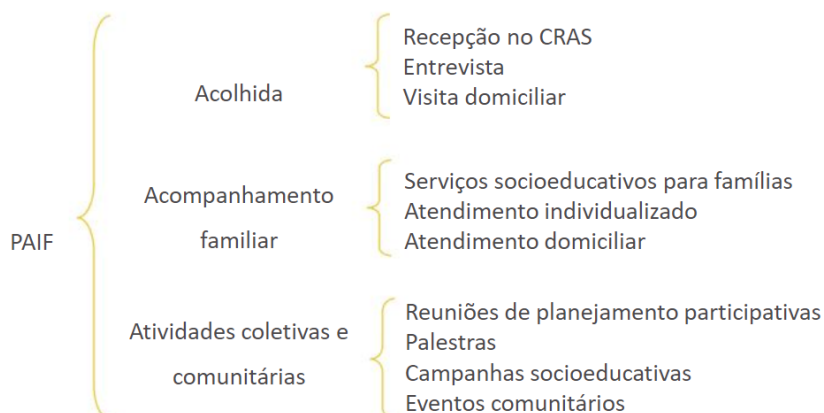
Executado por três níveis de governo – federal, estadual e municipal que funcionam dentro do SUAS e regido assim pelo Programa Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). Ressaltando o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que promove ações e serviços básicos para os variados usuários do SUAS e vem surtindo um efeito positivo na sociedade brasileira. Este serviço é o único e exclusivo obrigatório do CRAS.

Imagem 02 – Esquemática da Proteção Social Básica de Assistência Social no Brasil, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.



Fonte: Material confeccionado pela aluna.

Imagem 03 – Esquemática das ações do PAIF.



Fonte: Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS), 2020.

3.3 Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme o PNAS, surgiu para promover a Proteção Social Básica em cada território do país. As unidades do CRAS são geralmente localizadas em áreas com maior índice de vulnerabilidade, áreas periféricas ou lugares com poucos serviços públicos de assistência disponíveis, gerando programas sociais às famílias das comunidades.

O centro de referência é um espaço físico onde funciona um serviço municipal de atendimento psicossocial às famílias vulneráveis em função de pobreza e de outros fatores de risco e de exclusão social. Tem como base territorial comunidades, região, bairros onde há maior concentração de famílias nessas condições. Este serviço pressupõe, para seu funcionamento, a existência de uma rede básica de ações assistenciais na mesma base territorial. (CASTRO, 2009, p.07).

O CRAS não é somente um equipamento que fornece serviços pelo PAIF, mas também pode ser um lugar onde diversos outros serviços podem ser ofertados em benefício da comunidade, acolhendo e transformando o convívio e a vivência familiar e comunitária. Como os Centros de Referencias devem ser instalados em locais de maior vulnerabilidade, os municípios devem avaliar e identificar esses territórios. Quando os territórios são de baixa densidade demográfica, como áreas rurais, indígenas ou quilombolas, os CRAS devem ser instalados em locais de fácil acesso para que todos possam obter os benefícios que a entidade oferece. Nesse tipo de caso, é denominado CRAS Itinerante, ou seja, um CRAS que se desloca ou se flexibiliza em determinada situação.

Em 2004, houve a vinculação concreta e direta ao SUAS. Com isso, espera-se uma organização na política pública, confrontando as ações. Logo, as propostas de implantação de equipamentos que se voltem para o público se firmam. O trabalho com as famílias não é algo novo, mas nem todos os municípios tinham esse tipo de projeto disponibilizados para a comunidade. O SUAS usa a terminologia do CRAS, reinterpretando as ações atribuindo um novo significado. Tem o “potencial de inovar, expandir e consolidar as atenções da Proteção Social Básica no campo da cidadania” (CARVALHO, 2009, p09).

O SUAS reinterpreta esses ensaios, adota e insere essa última terminologia – sob a sigla CRAS – no seu novo dicionário, atribuindo-lhe, entretanto, novo significado para utilização nacional: na nova acepção, o CRAS é a base física de sustentação do sistema, responsável por uma de suas vertentes, a proteção social básica, cabendo-lhe exprimir localmente os valores universais da política: política de Estado, descentralizada e participativa. (BRASIL, CapacitaSUAS, 2008, p.76)

O CRAS, disponibiliza serviços diretamente aos seus usuários, que vão desde a acolhimento, onde é disponibilizado psicólogos para os quais os indivíduos possam relatar suas histórias de vida ou problemas do dia a dia e quaisquer necessidades, após a avaliação são encaminhados para os devidos serviços públicos. O Centro é também uma prestação de informações a respeito de direito e deveres e realização de programas comunitários.

Os serviços que são disponibilizados nos Centros de Referência, são para ambas as idades. Aos idosos, por exemplo, com mais de 65 anos e pessoas com deficiências dispõem de benefícios de prestação continuada. Os profissionais do CRAS precisam analisar cada detalhe das condições de vida da comunidade e da situação do território.

De acordo com o Censo SUAS (2019) no território nacional são existentes 8.357 unidades do CRAS atuantes no país, sendo 2.672 unidades na região nordeste e 318 unidades no estado do Maranhão.

Imagem 04 – Quantidade de CRAS em território nacional por região.

| | Qtidade CRAS | % |
|---------------------|--------------|-------|
| Região Norte | 631 | 7,8 |
| Região Nordeste | 2672 | 32,0 |
| Região Sudeste | 2892 | 34,6 |
| Região Sul | 1537 | 18,4 |
| Região Centro Oeste | 625 | 7,5 |
| Total | 8357 | 100,0 |

Fonte: Censo SUAS, 2019.

Em geral, as unidades são instaladas com porcentagem majoritária nas áreas centrais urbanas do que nas áreas rurais e periféricas como deveria ser feito.

Imagem 05 – Quantidade de CRAS em território nacional por localização.

| | Qtidade CRAS | % |
|-------------------|--------------|-------|
| Urbano Central | 4496 | 53,8 |
| Urbano Periférico | 3526 | 42,2 |
| Rural | 335 | 4,0 |
| Total | 8357 | 100,0 |

Fonte: Censo SUAS, 2019.

Tratando em uma escala menor, abrangendo o tema deste trabalho apenas 5 unidades atuam em associações comunitárias cooperantes a ela, o que equivale a 0% numa escala nacional. Numa escala municipal, apenas vinte unidades do CRAS são atuantes dentro da cidade de São Luís, na qual possui mais de 100 bairros contando com invasões ou comunidades rurais e periféricas.

Imagem 06 – Quantidade de CRAS atuantes em outros imóveis.

| | Qtde Respostas | % |
|--|----------------|-----|
| Secretaria da Assistência Social ou congêneres | 372 | 27% |
| Outra unidade administrativa (Sede de Prefeitura, Administração Regional, Sub-prefeitura, etc) | 33 | 2% |
| Conselho Municipal de Assistência Social | 217 | 16% |
| Conselho Tutelar | 55 | 4% |
| CREAS Centro de Referência Especializado de Assistência Social | 67 | 5% |
| Outra unidade pública de serviços da Assistência Social | 79 | 6% |
| Unidade de Saúde | 33 | 2% |
| Escola | 11 | 1% |
| Associação Comunitária | 5 | 0% |
| Entidades ou Organização da Sociedade Civil | 24 | 2% |
| Praça do CEU (esporte e/ou cultura) | 113 | 8% |
| Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente ? CMDCA | 147 | 11% |
| Outros | 241 | 17% |

Fonte: Censo SUAS, 2019.

Apesar do CRAS ser uma entidade que na teoria presta serviços assistenciais para a população de diversas idades, infelizmente nem todos na prática oferecem de fato. Ainda de acordo com o Censo SUAS (2019), podemos perceber a exclusão social em diversas unidades.

Imagem 07 – Quantidade de CRAS que ofertam ou não serviços para variadas faixas etárias.

| | Não | | Sim | |
|---|--------------|-----|--------------|-----|
| | Qtidade CRAS | % | Qtidade CRAS | % |
| Crianças de 0 a 6 anos de idade | 3129 | 44% | 4020 | 56% |
| Crianças e adolescentes de 7 a 14 anos de idade | 732 | 10% | 6417 | 90% |
| Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos de idade | 1140 | 16% | 6009 | 84% |
| Jovens de 18 a 29 anos de idade | 3301 | 46% | 3848 | 54% |
| Adultas(os) de 30 a 59 anos de idade | 2632 | 37% | 4517 | 63% |
| Idosas(os) (60 anos ou mais) | 521 | 7% | 6628 | 93% |

Fonte: Censo SUAS, 2019.

A partir desta análise temática sobre CRAS e Proteção Social Básica podemos perceber que mesmo depois de uma longa jornada de aceitação dentro o Estado Governamental, em aderir a Assistência Social como uma Política Pública que deve ser regida pelo mesmo, é

possível perceber que os programas e serviços ainda são poucos para grande demanda dentro do país. A população periférica e carente ainda ocupa um grande espaço dentre as pesquisas de Censo Demográfico. Os Centros Comunitários uma vez que implantados dentro dessas áreas carentes de serviços públicos, pode ser uma solução muito viável e produtiva não somente para a comunidade que irá se beneficiar, mas também para o Estado que terá controle sobre essa população excluída socialmente.

Um Centro Comunitário em conjunto ao CRAS, implantados nos mais diversos bairros da cidade, oferecendo serviços de saúde, educação, lazer, assistencialismo e cultura, é possível de forma direta solucionar muitos problemas de desenvolvimento social existentes tanto na região central urbana, quanto nas rurais.

4 CENTRO COMUNITÁRIO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.

Neste capítulo, será estudado o conceito de centro comunitário envolvendo todo o seu histórico do passado até a atualidade, sua metodologia, a importância da implantação de projetos arquitetônicos com tal objetivo para a sociedade. Sendo de grande importância este embasamento para o entendimento e reflexão sobre a problemática da pesquisa.

4.1 Londres, Inglaterra (1884): o início.

O primeiro centro comunitário, surge em 1884 em um bairro pobre de Londres, Inglaterra – o qual era marcado pela mudança causada pela Revolução Industrial, deixando rastros de pobreza e abandono. A instituição de caridade foi fundada no distrito de Whitechapel no bairro Tower Hamlets, pelo cônego Samuel Augustus Barnett. A instituição então logo batizada de Toynbee Hall em homenagem ao grande reformista social inglês, Arnold Toynbee.

Barnett, sendo vigário da Igreja Católica St. Jude na Inglaterra, convida membros de universidades renomadas como Oxford e Cambridge, a passar férias no empobrecido bairro de Londres afim de aprender e conhecer mais sobre as condições sociais precárias que ali existiam. Após os estudos, Barnett dando início ao seu plano principal, que era fundar uma casa de residência para graduados que desejassem morar e estudar sobre o estar da sociedade, foi muito bem apoiado por todos. Comprou-se então o local nas proximidades da Igreja St. Jude e com a ajuda dos seus colegas, iniciou os trabalhos de participação na vida local do bairro, desenvolvendo projetos educacionais para adultos e coletando dados sociais e aplicando melhorias nas condições de vida industrial.

Toynbee Hall continuou sua prestação de serviço para a sociedade através de ofertas como um centro de aconselhamento ao cidadão, prestando auxílio jurídico gratuito aos que necessitavam, ajuda para crianças órfãos ou inválidas, sendo centro de reabilitação para alcoólatras, servindo de casa de apoio para idosos e lazer para todos. A instituição também promoveu ensino e conhecimento para imigrantes adultos e cedeu várias associações sociais e culturais (BRITANNICA, 2020).

4.2 Princípios e metodologias de um Centro Comunitário

Os centros comunitários têm como alvo principal a família e a comunidade, levando em consideração a particularidade e a necessidade de cada um. Tendo como princípio atender as necessidades globais da população, trazendo formas de prevenção e/ou diminuição dos efeitos da exclusão social fomentando a participação das pessoas, famílias, comunidade e promovendo a cidadania (BONFIM, 2000).

O centro comunitário trabalha com metodologias de intervenção na comunidade de forma que seu funcionamento se torne um amplo polo de desenvolvimento de solidariedade. De acordo com a necessidade da comunidade, o centro oferece um leque de atividades que podem ser desenvolvidas, proporcionando integração social, trazendo novas formas de viver e conviver, baseando-se nos princípios norteadores como a informação, animação, motivação, conhecimento, apoio, afeto, responsabilidade e ação.

Para a concepção projetual de um centro comunitário necessita-se de pressupostos que formem um modelo integrado de respostas dinâmico e evolutivo, sendo eles: conhecimento global da realidade, integração, parceria, corresponsabilização.

Vejamos os seguintes pressupostos comentados:

- **Conhecimento global da realidade:** decorre necessariamente do conhecimento da realidade que se pretende intervir, torna-se imprescindível a existência de um pré-diagnóstico, onde constará as características sociais, demográficas, econômicas, ambientais, culturais da população. É necessário um estudo de reação da população diante a mudanças e transformações geradas pela implantação do projeto;
- **Integração:** para que os problemas sociais se solucionem, deve-se ter previamente uma abordagem integrada e específica dos mesmos. Logo, surge a necessidade de o centro comunitário ter consigo características como *proximidade e flexibilidade*, de forma que se tenha uma visão ampla das necessidades da comunidade;
- **Parceria:** para um bom desenvolvimento do centro comunitário, é necessário que o mesmo parta de ações juntamente a outras instituições, envolvendo e integrando em um projeto conjunto, impedindo o parcelamento e descontextualização social.
- **Corresponsabilização:** um dos seguimentos relevantes para à utilização e gestão de recursos, esse pressuposto remete a responsabilidade coletiva da comunidade, dos parceiros e dos técnicos, definindo os respectivos níveis de competências e papéis a desempenhar.

Através dos pressupostos apresentados, o centro comunitário poderá assim, contribuir decisivamente para a consciência pessoal e coletiva dos problemas e das potencialidades da comunidade em presença, para a ativação dos meios de resposta mais eficazes para a resolução desses problemas, constituindo um espaço privilegiado de inovação (BONFIM, 2000).

Para um bom funcionamento, como comentado no pressuposto anterior, existe três requisitos necessários, sendo *proximidade, flexibilidade e participação*. A proximidade é baseada no próprio local de implantação do projeto, onde terão problemas a serem resolvidos,

próximo a população que necessita das soluções no seu dia a dia, de forma articulada e preventiva, assim diagnosticando:

- as necessidades, recursos, capacidades do agente de mudança;
- os efeitos reais da política setorial;
- promovendo novas oportunidades e iniciativas no local;
- incentivando a inovação de ações;
- criando espaços de autonomia, organização e gestão;
- criando condições adequadas no desenvolvimento da comunidade, através da educação, prestação de serviços públicos e lazer;
- fomentando condições de harmonização entre a comunidade;

Quando falamos de flexibilidade dentro de um centro comunitário, é que o mesmo possa ser “moldável”, caracterizado por uma vasta oferta de serviços e atividades, de acordo com o que a comunidade necessita. Sendo flexível a supostas mudanças, facilitando a adequação dos programas de acordo com cada situação. A inovação nas práticas, a eficiência e eficácia, são essenciais para qualquer ação a implementar. A flexibilidade então, serve para constituir um espaço interativo junto à comunidade, criando um sistema de comunicação fácil entre todos.

A participação vem da necessidade das pessoas se envolverem na solução dos seus próprios problemas, organizando os serviços e deixando-os mais próximos aos indivíduos. É um processo que se baseia em técnicas de reconhecimento da capacidade da comunidade influenciar o funcionamento do centro comunitário. A fundamentação da participação vem da existência de comunicação interpessoal, facilitando a interação entre os indivíduos. Através desses requisitos podemos dar início a implementação de projetos sociais como centros comunitários, visando a necessidade de ajudar a população.

Podendo desempenhar um papel social de construir laços seja a nível local, bairro ou grupo, reforçando o vínculo, onde se passa e se constrói relações e ajudando a desenvolver soluções para grandes problemáticas sociais do cenário atual em que vivemos. Uma vez que, a atual conjuntura social da população é muita das vezes precária e a falta de projetos sociais em comunidades acaba afetando o desenvolvimento do bem estar social da população e dando abertura para exclusões e espaço para a violência.

Quando falamos em escala de comunidade, nos referimos a pessoas, famílias, crianças, jovens, adultos e idosos que formam esse âmbito de vivência. Os centros comunitários como forma de projeto social ajudam no crescimento dessa população, seja na educação ou na

área profissional. A disponibilização de serviços socioculturais nas comunidades, é uma forma de aproximar e transmitir sentimento de acolhimento para a população. Criar atividades recreativas que estimulem o desenvolvimento de crianças e também como forma de fomentar o desejo por essas atividades, e tira-las de meios de vida improprio, como a rua, onde podem aprender atitudes e ações erradas e que não acrescentam para o desenvolvimento do futuro, uma vez que crianças e jovens sempre serão alvos fáceis de serem influenciadas a cometer erros significativos na vida. Atividades também voltadas a aprimorar os estudos recebendo direcionamento adequado até a chegada do vestibular. A prática de esportes também é considerada atividade de desenvolvimento social, visando que crianças e jovens, na maioria das vezes, usam o mesmo como forma de possível crescimento profissional e para que possam desenvolver suas habilidades. Podemos pensar a educação esportiva no ensino das modalidades, das técnicas, das táticas, da visão espacial, no estímulo das capacidades sensoriais, no desenvolvimento fisiológico, na busca pela saúde e manutenção da saúde pela prática reiterada no tempo. Fica claro que se propõem à utilização do fenômeno esportivo como valorização do movimento, e a sistematização do movimento reiterado no tempo para a busca de um estilo de vida saudável. (ALMEIDA, 2012)

Os centros comunitários também podem oferecer cursos profissionalizantes para adultos que queiram se capacitar e entrar para o mercado de trabalho, cursos estes que se apresentam de forma acessível para a população, facilitando acesso de todos.

Não somente para jovens e adultos, os projetos sociais podem também atender idosos e portadores de necessidades especiais. Desenvolvendo atividades e disponibilizando serviços sociais como forma de integrar socialmente estas pessoas e para não se sentirem esquecidas dentro da sociedade. Atividades de estímulo ao movimento e exercícios físicos, mental e serviços de assistência social e estar da população. Analisando todo esse contexto, podemos perceber que os centros comunitários podem sim desenvolver um papel importante na sociedade, chegando até ser essencial na vida da população, uma vez carente de serviços como este.

Geralmente, bairros e/ou comunidades sem projeto sociais, são marcados pela criminalidade e marginalização dos ambientes, pela insegurança de andar e interagir pelas ruas, onde a população anda com medo de ser abordada a qualquer momento. Dessa maneira, a criminalidade é apontada como causa e efeito da falta de relacionamento interpessoal, componente de uma comunidade. E, inversamente, quando a população participa e se engaja em ações comunitárias, a incidência de crimes diminui. A criminalidade e a violência afetam

negativamente o desenvolvimento econômico e social, diminuem o capital social, aumentam o grau de exclusão social e de pobreza, colocam em risco a cidadania e a segurança, além de reduzirem a capacidade de o Estado governar efetivamente. (REIS, 2013)

A construção e aplicação dessas respostas sociais requer intervenção e interesse do maior número de parceiros e a participação dos próprios interessados e pessoas que se beneficiariam desse tipo de solução, interessados nesse polo gerador de recursos e mudanças. Assim o Centro Comunitário surge através da sua flexibilidade e seu dinamismo, como uma estrutura onde é possível se desenvolver ações diversas e beneficiadoras de vidas para a população, não sendo uma forma de aplicar atividades sociais para pessoas e grupos de diversas faixas etárias, mas como uma solução integrada e global, afim de acabar com problemas das pessoas e das famílias dentro das comunidades. Ainda também, a construção e desenvolvimento de uma vida comunitária não se limita somente a serviços prestados, mas é sobretudo resultado da dinâmica e participação das pessoas com desejo de mudança e determinação, utilizando de mecanismos potenciadores do bem-estar.

5 A ARQUITETURA COMO MEDIADORA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

5.1 O papel do arquiteto na sociedade

O trabalho do arquiteto e urbanista é algo milenar, como histórias, práticas e construções poderosas comprovam. Falar em um arquiteto é pensar em projetos de alta qualidade e boas práticas de construção, resumindo temos dois mil anos de prática projetual, que continuam inovando a cada dia que passa.

O arquiteto e urbanista através da sua gama de conhecimento, tenta esclarecer e reforçar a importância do uso dos espaços públicos e fomentando esse desejo na sociedade, projetando espaços adequados para utilização, transformando-o em pontos de encontro dentro da cidade, incentivando a socialização e a busca por direitos. A ideia projetual do centro comunitário é justamente fazê-lo funcionar como espaço e ponto de encontro das mais diversas atividades sociais dentro da cidade, sendo a maior delas, a interação da comunidade. Logo, o arquiteto estabelece sua função social aplicando seu conhecimento dentro do espaço urbano, pensando no bem estar da população ao projetar e acaba por cooperar com a transformação da sociedade através das suas habilidades, adquirindo papel de agente transmissor do bem estar para a população.

As cidades devem pressionar os urbanistas e os arquitetos a reforçarem as áreas de pedestres como uma política urbana integrada para desenvolver cidades vivas, seguras, sustentáveis e saudáveis. Igualmente urgente é reforçar a função social do espaço da cidade como local de encontro que contribui para os objetivos da sustentabilidade social e para uma sociedade democrática e aberta. (GEHL, 2015, p.06)

A função social do arquiteto vem sendo recuperada através das políticas públicas uma vez em que o mesmo se torna participativo em projetos arquitetônicos implantados através de programas sociais das entidades governamentais.

5.2 Projetando a cidade para a sociedade

Afinal, o que são espaços públicos? No geral, é um espaço de uso público, onde você realiza suas atividades do dia a dia com acessibilidade, segurança e conforto. São ambientes abertos, amplos como ruas, praças, parques ou também espaços fechados como museus públicos, centros culturais ou comunitários. O objetivo destes espaços é promover o convívio entre a sociedade ou comunidade, visando o bem estar individual e coletivo. A cidade é formada por estes espaços e tem por dever oferecer espaços de qualidade para o uso da população. Todo conjunto de áreas que se encontra no meio urbano deve ser pensado e articulado na cidade, construindo também uma cidadania saudável. Espaços públicos são

lugares construídos por uma comunidade e para seu uso. As cidades são lugares para se conviver, para se viver junto, em coletividade. (GATTI; ZANDONADE, 2017, p.14)

As cidades atualmente não são pensadas para a população que ali vive, é projetada para a modernidade do uso de automóveis ou arranha-céus, qualquer espaço vago dentro da cidade é um ótimo local para um empreendimento visando o capitalismo e o crescimento financeiro dos empresários. Se tratando em uma escala menor, falando de bairros, já se veem poucos espaços abertos e seguros nos quais a comunidade pode praticar o convívio entre si em segurança. Gehl (2013) ressalta que, contudo, a cidade se transforma em infinitas oportunidades quando se reforça os laços sociais e recreativos.

Criar espaços para a sociedade é projetar pensando no bem estar dos usuários e o arquiteto e urbanista age como principal mediador dessa ação. Que o arquiteto tem a habilidade de desenvolver bons projetos arquitetônicos e urbanísticos, isso é certo. Quando entramos para a faculdade de Arquitetura, aprendemos um pouco de cada área; passamos pela Engenharia, analisando estruturas, estudamos Geografia para aprender sobre cartas solares, direções para que possamos projetar usando uma ventilação e iluminação favorável para a edificação, aprendemos sobre Psicologia para entender os clientes e criar projetos dos sonhos entendendo minuciosamente os gostos de cada pessoa.

Logo, o arquiteto e urbanista usando essa gama de conhecimento não somente para construções de edificações, mas também para a construção de uma cidade saudável, sustentável e segura para a sociedade. Obtendo uma Arquitetura Participativa, onde analisa-se os projetos para cada caso, projeta-se espaços públicos com a participação dos usuários, estudando suas opiniões e necessidades para que o espaço seja utilizado, para que tenha um resultado positivo e não negativo. A partir do momento que projetamos sem conhecer as necessidades do cliente, do futuro usuário, pode-se frustrar os sonhos de alguém que depositou confiança no projetista e obter resultados negativos. Machado (2009) confirma que o espaço público quando criado como espaço sem dono, a população não se sente integrante ou responsável e o vandalismo e a violência crescem de forma negativa. Entretanto, vale ressaltar também que todos tem acesso a qualquer espaço público, podendo ou não fazer o que é proposto ali.

6 ESTUDO DE CASO

6.1 Projetos Nacionais

6.1.1 Bairro Educador

Em 1997, nasce o projeto Cidade Escola Aprendiz, do jornalista Gilberto Dimenstein, a partir da sua visão e vontade de revolucionar a educação da população. O projeto localizado na Vila Madalena em São Paulo, visava transformar a comunidade em uma grande escola a céu aberto. A intenção era propor um amplo programa de educação para a cidadania, o qual estimulasse os alunos a ultrapassar os muros da escola e assumir as responsabilidades comunitárias (APRENDIZ, 2014).

Em 1998, constituiu-se como uma organização não-governamental, a cidade Escola Aprendiz instalou-se onde antigamente funcionava uma oficina de cerâmica no coração da Vila Madalena. Aquele lugar, construído sobre um córrego canalizado, era marcado pela grande presença de acúmulo de lixo e a comunidade que ali morava, era alvo fácil de enchentes. Por causa dos becos que ali se formavam, a comunidade também como se não bastasse essas características, era bastante frequentado por traficantes, usuários de drogas, moradores de ruas, por ser um local escondido e invisível aos olhos das autoridades, fazendo assim com que fosse evitada pela maior parte dos moradores do bairro.

Este espaço, escolhido propositalmente, começou a ganhar e desenvolver seus primeiros projetos de arte-educação, os quais mudaram radicalmente a vida das crianças, jovens e adultos, em que ali viviam a mercê da criminalidade e expostas aos vários riscos que existiam.

Através desse projeto, podemos perceber que o desejo em ver a educação mudar, não atinge apenas crianças e jovens, mas como a comunidade inteira acaba se envolvendo e o entorno físico, como: ruas, praças e adjacências, também se tornam alvos de mudança, onde na sua maior parte se encontra deteriorado e abandonado. Com a transformação do espaço, mesmo que seu intuito seja destinado para a assistência e educação da comunidade, todo o seu entorno ganha vida e movimento, afastando todo e qualquer sentimento de desuso ou descaso.

Imagem 08 – Rua Beco Belmiro Braga, Vila Madalena/SP.



Fonte: Matraca Cultural, 2011.

A partir da leitura e compreensão de um provérbio africano, bastante utilizado nas comunidades educacionais, onde diz: “*É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança*”, surge o conceito de bairro educador (MATHIAS, 2006). Onde é necessário o envolvimento de toda a comunidade para a educação e desenvolvimento não só da criança, mas como de jovens, adultos e idosos. Visto que, educar um indivíduo exige de particularidades, é necessário envolver outros indivíduos, espaços e tempos. Logo, somos pessoas complexas, cada qual com seu jeito, sua dificuldade ou facilidade de aprender, com as mais diversas características e necessidades. Transformar a comunidade em um ambiente de aprendizagem, ampliando os limites das salas de aula, é o desafio dos Bairros-Escola (APRENDIZ, 2014).

Assim, a Cidade Escola Aprendiz, desenvolvendo o conceito de bairro escola, busca cada vez mais transformar a comunidade em uma extensão da escola, traçando a linha ensino-aprendizado à vida cotidiana. Trabalhando para disseminar essa nova cultura de educar, atravessando os muros das escolas, mas ao mesmo tempo se associando a ela.

Imagem 09 – Ação educacional realizada no Bairro Escola, Vila Madalena/SP.



Fonte: Cidade Escola Aprendiz, 2020.

Imagem 10 – Ação educacional realizada no Bairro Escola, Vila Madalena/SP.



Fonte: Mosaico na Escola, 2012.

Conforme o projeto Cidade Escola Aprendiz (1997), a proposta era se basear em várias práticas pedagógicas, sendo elas:

a) Consciência crítica:

Respeitando sempre a diversidade, o educador e seu aprendiz, ambos produzindo juntos e aprendendo uns com os outros. Paulo Freire (1921-1997), traz esse tipo de prática a partir da sua pedagogia libertadora, uma vez que se trabalha o ensino de se ouvir e conversar, ou seja, o diálogo e a escuta, onde são capazes de desenvolver pensamentos críticos e libertadores.

b) Aprender fazendo:

Através do pedagogo e filósofo John Dewey (1859-1952), a pedagogia por projetos, que procura unir o saber ao fazer, é uma das mais importantes referências teóricas. Para Dewey, o pensamento só é incitado quando há um problema que demanda solução através de atos que são executados por vontade própria.

A ideia de organizar a escola seguindo um padrão de tarefas análogo ao que se desenvolve fora dela, seja em casa, na rua, no trabalho ou na sociedade. Aqui no Brasil, através dessa mesma solução pedagógica, se constrói a Escola-Parque de Anísio Teixeira, sendo um projeto governamental para ensino em tempo integral. Com base na pedagogia de Dewey, Anísio desenvolve um modelo onde unia a sala de aula com o parque, espaço dedicado a práticas e experimentação.

c) Comunidades de Aprendizagem:

Essa proposta pedagógica vem sendo discutida desde os anos 70. Na última década, ela gerou experiências importantes, especialmente em Catalunha.

César Coll, pedagogo que vive em Barcelona, uma vez que assessorou o Ministério da Educação a desenvolver os Parâmetros Curriculares Nacionais, diz que o crescimento do ensino básico ao longo do século XX tem levado a uma grande irresponsabilidade social e comunitária. Com isso, acabam gerando violência juvenil dentro da sociedade, consumo de drogas, gravidez na adolescência, entre outros problemas. A partir dessa ideia pedagógica, criou-se a necessidade quebrar as barreiras que o ensino deve se manter dentro da escola e construir que a comunidade também deve ser participativa.

O desenvolvimento das pessoas, sendo um requisito para o desenvolvimento da sociedade, demanda da vontade de participação de cada um de nós. Visto isso, fica claro que, não cabe somente à escola a tarefa de educar.

Logo, a educação comunitária acontece nesse momento, em que a barreira da escola é desconstruída e tomam conta das ruas, invadindo os espaços públicos, todo e qualquer tipo de estabelecimento comercial, associações comunitárias e centros culturais. Uma invasão

consentida e em parceria com toda a população. É um projeto que instiga participação de todos, gerando o desenvolvimento local e social.

Pertence, portanto, à educação: a capacitação da população de forma que naveguem no conhecimento e abrindo novas oportunidades na vida pessoal. Criando redes de aprendizagem, promovendo experimentação e prática, para estimular seus sentidos e suas habilidades. Desenvolver a crítica, a liberdade, autonomia e a responsabilidade, para que saibam fazer escolhas com discernimento ao longo da sua vida e se realizar como pessoas, profissionais e cidadãos.

Sendo assim, o bairro educador acaba por ter o papel de criar pontes entre a escola e a comunidade, construindo rede entre os dois universos, atuando juntos, promovendo atividades, tendo ainda a função de mapear a necessidade da comunidade para que assim se montem trilhas que transformaram as vidas dos moradores.

6.1.2 Estação Cidadania, Ministério do Desenvolvimento Social.

As estações cidadanias desenvolvidas com iniciativa governamental integra no seu espaço programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão social, de forma que promova a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras.

Através de uma parceria com a União e os municípios, hoje já são existentes 329 contratos para implantação, com cerca de 200 unidades já inauguradas nas cinco regiões do país. A gestão da Estação Cidadania se dá através do compartilhamento entre a prefeitura e a comunidade. Este projeto também é instituído pelo sistema ePraças, onde ele dispõe de praças denominadas Ceus que disponibilizam os serviços para a população.

Os projetos arquitetônicos de referência das Estações foram desenvolvidos através de uma equipe multidisciplinar e interministerial que concebeu três modelos do equipamento, sendo eles de área mínima de 700m², 3.000m², 7.000m². As praças dispõem de biblioteca, cineteatro podendo ter capacidade de 48, 60 ou 125 lugares, laboratórios multimídias, salas de oficinas para ministração de cursos de capacitação, espaços multiusos, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pista de skate. Os CEUS maiores contam com locação de quadra coberta par eventos, playground e pista de caminhada. (DESENVOLVIMENTO, 2019)

Em um dos modelos CEUS, é perceptível a modernidade do projeto arquitetônico através da sua fachada, o modelo de 700m² na imagem a seguir, é uma edificação multiuso com 5 pavimentos: praça coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; CRAS; salas de aula;

salas de oficina; telecentro; sala de reunião, biblioteca; cineteatro/auditório com 48 lugares, e terraço acessível em sua cobertura.

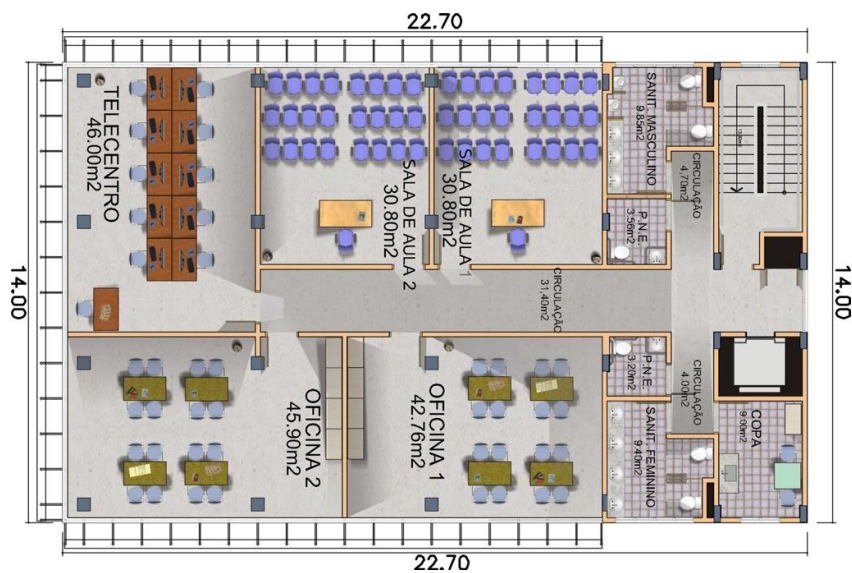
Imagem 11 – Modelo de fachada de um CEU de 700m².



Fonte:
Estação

Cidadania – Cultura, 2018.

Imagem 12 – Modelo de planta baixa de um CEU de 700m².



Fonte: Estação Cidadania – Cultura, 2018.

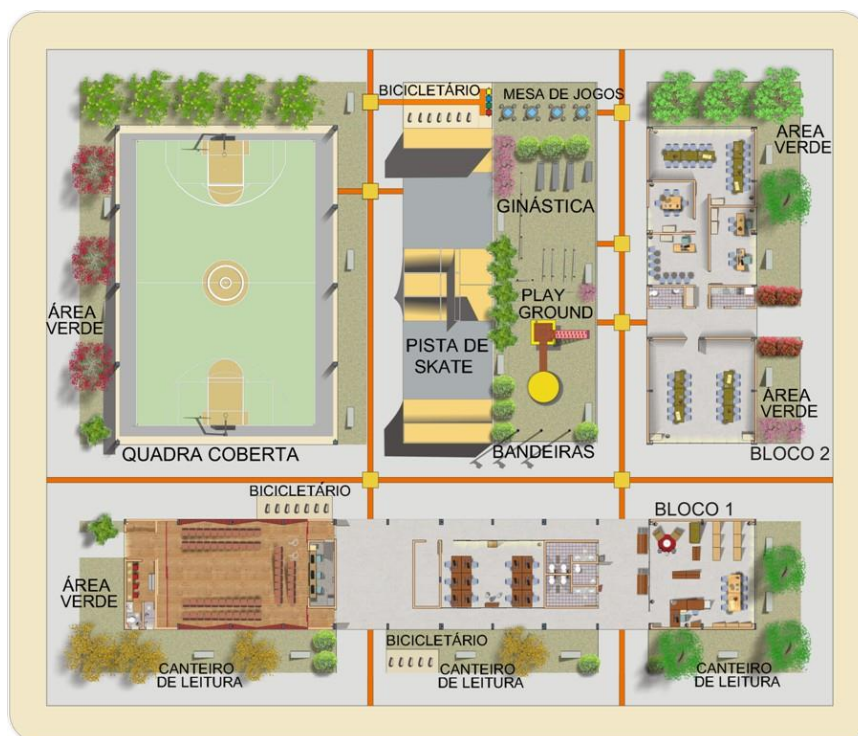
Já se tratando do modelo de 3000m², passa a se oferecer um espaço mais amplo com maior confortabilidade nos serviços. O modelo dispõe de dois edifícios multiuso, dispostos numa praça de esportes e lazer: CRAS; salas multiuso; biblioteca; telecentro; cineteatro/auditório com 60 lugares; quadra poliesportiva coberta; pista de skate; equipamentos de ginástica; playground e pista de caminhada.

Imagem 13 – Modelo de implantação de um CEU de 3000m².



Fonte: Estação Cidadania – Cultura, 2018.

Imagem 14 – Modelo de setorização de um CEU de 3000m².



Fonte: Estação Cidadania – Cultura, 2018.

Por fim, temos o modelo de CEU de 7000m². Uma edificação multiuso de um pavimento apenas, disposto numa praça de esportes e lazer: CRAS; salas multiuso; biblioteca com telecentro; cineteatro com 125 lugares; pista de skate, equipamentos de ginástica; playground; quadra poliesportiva coberta; quadra de areia; jogos de mesa e pista de caminhada. Apenas com uma pequena área edificada, a maior parte do espaço fica disponível para lazer da comunidade e de suas atividades físicas.

Imagem 15 – Modelo de implantação de um CEU de 7000m².



Fonte: Estação Cidadania – Cultura, 2018.

Imagem 16 – Modelo de setorização de um CEU de 7000m².



Fonte: Estação Cidadania – Cultura, 2018.

6.2 Projetos Internacionais

6.2.1 Escola Antônio Derka, Medellín.

A Escola Antônio Derka está localizada no bairro de Santo Domingo Savio, no lado nordeste de Medellín, na Colômbia. Santo Domingo, até pouco tempo era um dos locais periféricos mais perigosos e reprimidos da cidade, por falta de investimento social. A escola faz parte do programa “Medellín a mais educada” promovido pelo prefeito Sergio Fajardo

(2004-2007), e consistia em melhorar a qualidade da educação pública, levando a escola até os bairros de encontro aos cidadãos. (ARCHDAILY, 2014). Executado pela empresa de arquitetura Obranegra Arquitectos, o projeto arquitetônico dispõe de 7500m² e foi inaugurado em 2008.

Imagem 17 – Escola Antônio Derka, Medellín, Colômbia.



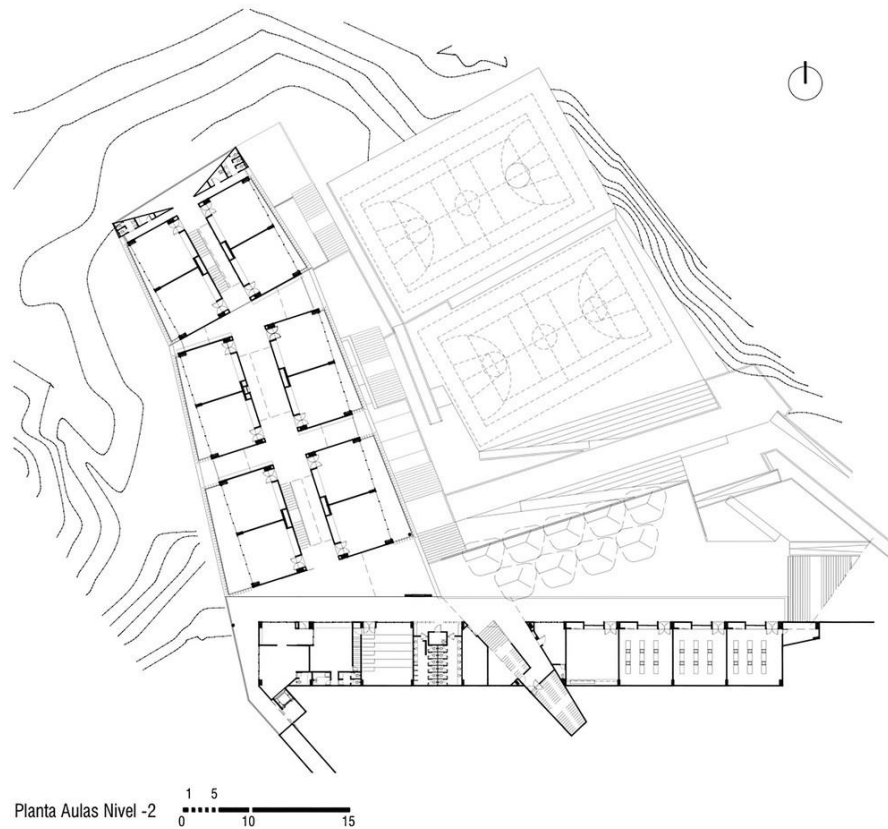
Fonte: Revista Vitruvius, 2012.

O projeto tinha como visava a construção de 10 novas escolas e reforma de 132 instituições existentes nas áreas periféricas de maior vulnerabilidade. A ideia central era criar um projeto acolhedor e familiar que dissipasse os limites físicos e mentais mediante a intervenção urbana e arquitetônica aberta. (MÁRQUEZ, 2014)

Em um lote vago foi dado o desafio, em meio a um terreno com uma topografia irregular, a construção de um edifício que integraria e vincularia a estrutura urbana ao seu redor, utilizando o conceito de “escola aberta”, levando o conhecimento para além dos muros, convertendo em um centro de diversidade cultural, recreativa, educativa e um referencial urbano, mudando a vida e a realidade da comunidade. O suposto terreno de intervenção tinha uma área de 13.000m² e uma topografia com 35% de inclinação, o que dificultaria e tornaria a construção ainda mais complexa e desafiadora. Apesar dos desafios, o local escolhido para a execução do projeto apresentava uma visão privilegiada como um mirante natural para as

grandes montanhas e a cidade. O acesso ao lote era complicado, pois se dava apenas por uma via que passava pelo seu lado sul.

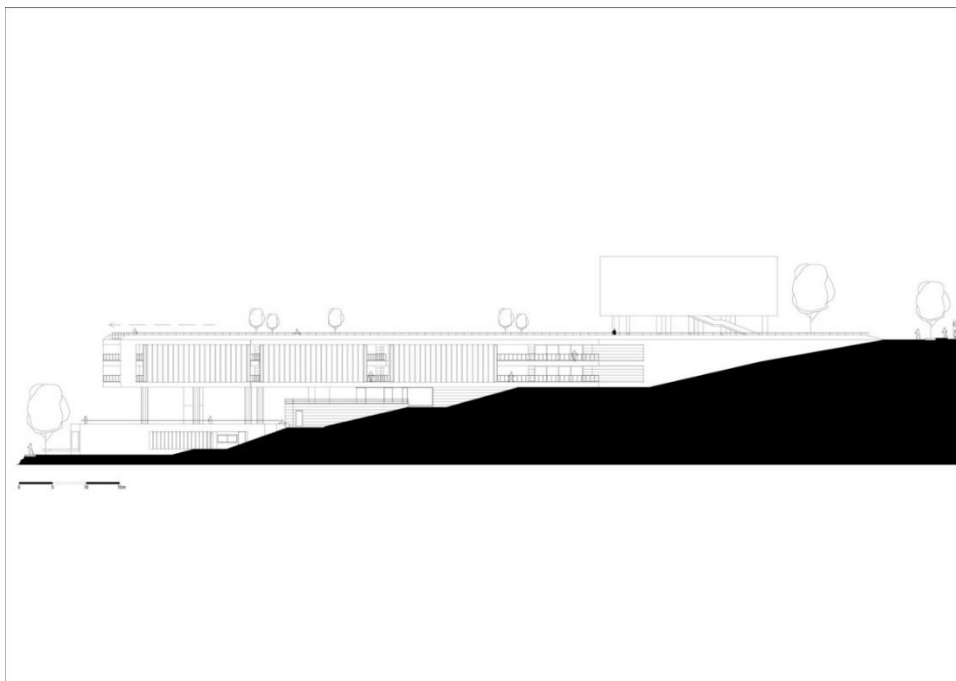
Imagem 18 – Planta de nível.



Fonte: Archdaily, 2014.

A escola teve a sua cobertura totalmente livre, atendendo a carência de espaços públicos de contemplação e lazer devido à falta de planejamento urbano, gerando um Plaza Mirador de 3.900m², local de encontro e lazer para a comunidade. O interessante deste projeto, é que ele foi projetado para se integrar totalmente com a paisagem ao redor e as tipologias construtivas da comunidade. Tornando o ambiente convidativo. Além das atividades educativas ali proporcionadas, foram propostos três locais comerciais garantindo atividade permanente na Plaza.

Imagem 19 – Edificação em relação a topografia.



Fonte: Archdaily, 2014.

Todo o prédio foi executado em concreto, na sua fachada foram usados brises de madeira na posição vertical, para que diminuam a incidência solar dentro da edificação, mas que permitam a entrada de luz e ventilação natural. "A singularidade do projeto arquitetônico reside na sua capacidade de propiciar espaços para o encontro e o diálogo, permitindo estar em contato permanente com a paisagem e a cidade em cada uma das estâncias e caminhos do edifício", diz Alfonso Posada, fotógrafo.

Imagem 20 – Plaza.

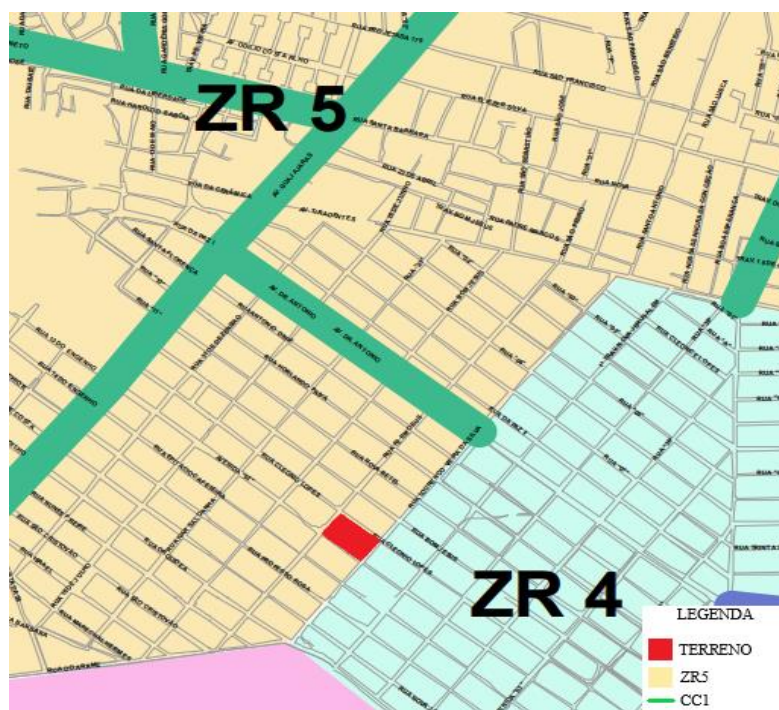


Fonte: Archdaily, 2014.

7 ÁREA DE PROJETO

O estudo de caso, para implantação do projeto arquitetônico, será realizado no bairro do Jardim São Cristóvão I. A contemplação geral do projeto é a demarcação da gleba que consiste no bairro do Jardim São Cristóvão I, II e Ipem São Cristóvão. A proposta de terreno para implantação do projeto localiza-se dentro da ZR5 – Zona Residencial 5.

Imagem 21 – Mapa de zoneamento de São Luís.



Fonte: Material adaptado pela autora.

Imagem 22 – Diretrizes construtivas da Zona Residencial 5.

| ZONA RESIDENCIAL 5 | | | | |
|---|--------------------------|--|-------------------------------|--|
| Área Mínima do Lote (m ²) | Recuo Mínimo Frontal (m) | Área Total Máxima Edificada (%) | Área Livre Mínima do Lote (%) | Gabarito Máximo (número de pavimentos) |
| 250 | 3 | 150 | 40 | 3 |
| ÍNDICES PARA NOVOS PARCELAMENTOS DE SOLO | | | | |
| Área Mínimo do Lote (m ²) | | Testada Mínima do Lote (m ²) | | |
| 250 | | 10 | | |
| DADOS DO TERRENO | | | | |
| Área do Terreno (m ²) | | 8.805,26 | | |
| Testada Mínima do Lote (m) | | 10 | | |
| ALML | | 3.522,10 | | |
| ATME | | 13.207,09 | | |

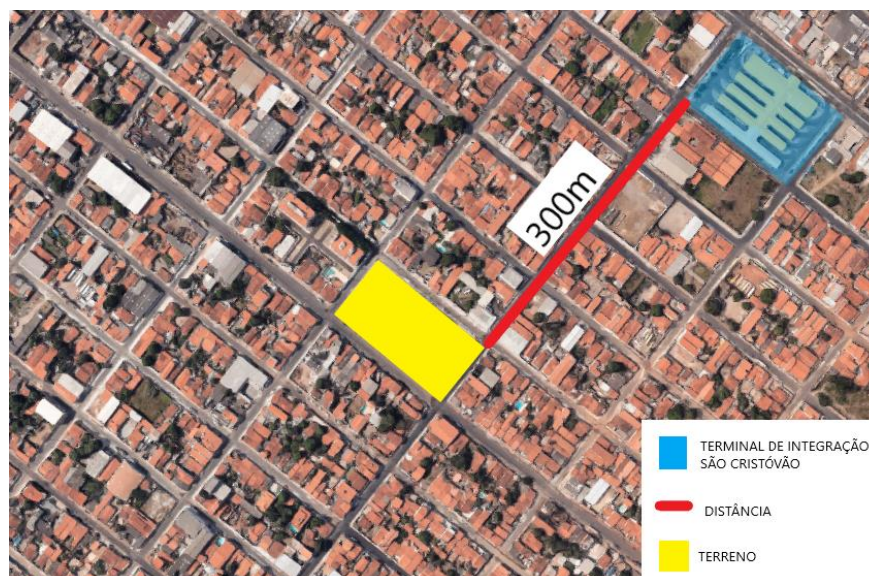
Fonte - Lei 3.253, 29 de dezembro de 1992, **Lei de Zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano.**

7.1 Análise do terreno

7.1.1 Localização

O terreno de proposta está localizado no bairro do Jardim São Cristóvão I, na Av. Miguel Vieira, em São Luís – MA, a 300m ao sul do Terminal de Integração do São Cristóvão. O mesmo possui acesso principal pela Avenida Miguel Vieira e Acesso Secundário pela Avenida Lourenço Vieira da Silva. Na imagem abaixo, podemos situar o terreno dentro do bairro:

Imagem 23 – Mapa de situação do terreno dentro do bairro Jardim São Cristóvão.



Fonte: Material adaptado pelo autor (2020).

O terreno utilizado é bem localizado com apenas 300m de distância do Terminal de Integração do São Cristóvão, possuindo 8.805,26m² de área total e conhecido por todos os moradores e usado como ponto de referência dentro do bairro. Definido como um campo de futebol que tem por nome, e raramente utilizado pela população (Imagem 24). Há alguns anos foi construído um anexo ao campo de futebol, sendo uma quadra poliesportiva (Imagem 25), que se tornou atração de lazer para todos os moradores no começo, depois de um tempo foi abandonada e tornou-se local de vandalismo e entregue a criminalidade, uma vez que já ocorreu homicídio no local, deixando então de ser utilizada pelas pessoas.

Imagem 24 – Foto do terreno de projeto.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 25 – Foto do terreno de projeto.

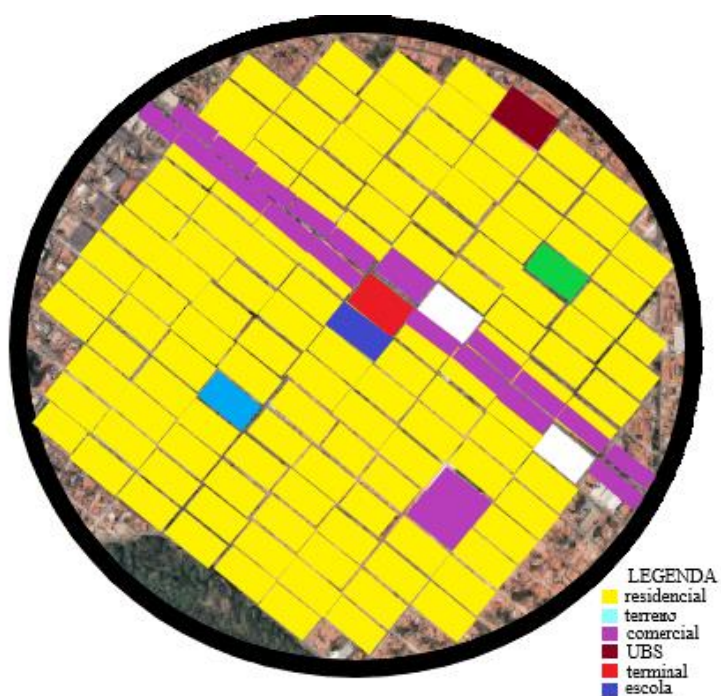


Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

7.1.2 Uso e Ocupação do Solo

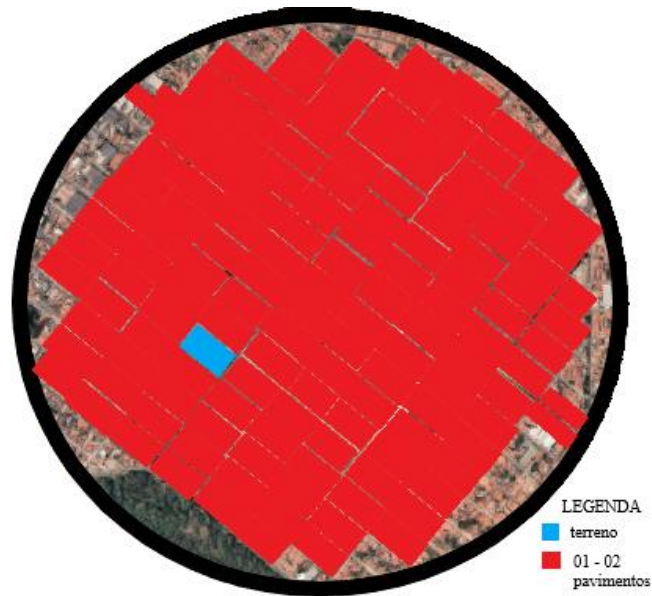
Através do mapa a seguir podemos perceber que a grande parcela do bairro é de uso residencial, o setor comercial se restringindo apenas nas avenidas. E a maioria dos lotes são de no máximo 2 pavimentos.

Imagem 26 – Mapa de uso e ocupação do solo.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 27 – Mapa de gabaritos.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

7.1.3 Equipamentos urbanos

Existem alguns equipamentos urbanos no bairro, como escolas municipais, terminal de integração de ônibus, uma praça que fica distante do local de proposta projetual. A área não conta com um posto de saúde próximo, a quase 1km de distância do local é existente uma Unidade Básica de Saúde, já situado em outro bairro. Seu acesso principal é feito pelas avenidas Guajajaras e Miguel Vieira (Avenida Dois), tendo seu acesso secundário através da Avenida Lourenço Vieira da Silva.

Imagem 28 – Mapa com principais usos e fluxos no bairro.



Fonte: Material adaptado pela autora (2020)

Imagem 29 – Escola Municipal U.E.B. Antônio Vieira.



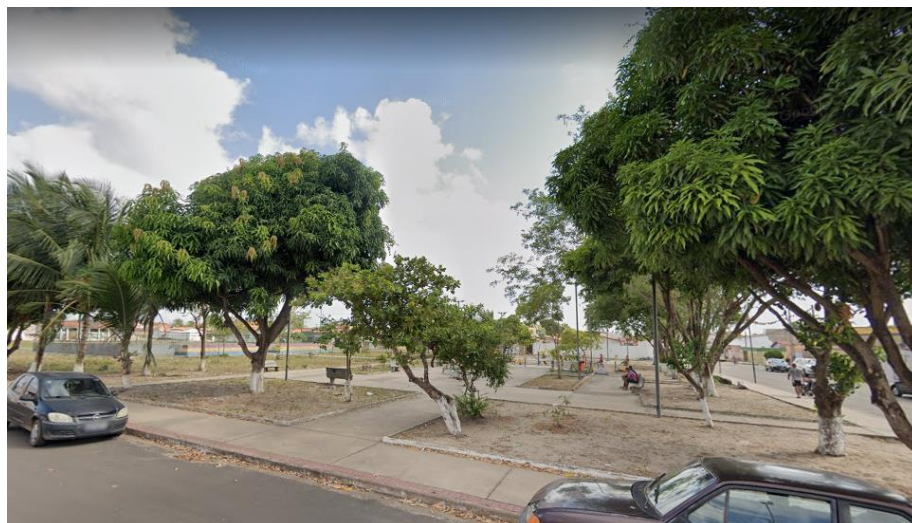
Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 30 – Terminal de Integração São Cristóvão.



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 31 – Praça do Ipem São Cristóvão.



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 32 – Unidade Mista de Saúde do São Bernardo.



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 33 – Centro de Ensino Médio Anexo Jardim São Cristóvão.



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 34 – U.E.B. Carlos Cunha



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 35 – Supermercado Mateus.



Fonte: Google Maps (2020)

Imagem 36 – Antiga Associação Comunitária do Jardim São Cristóvão.

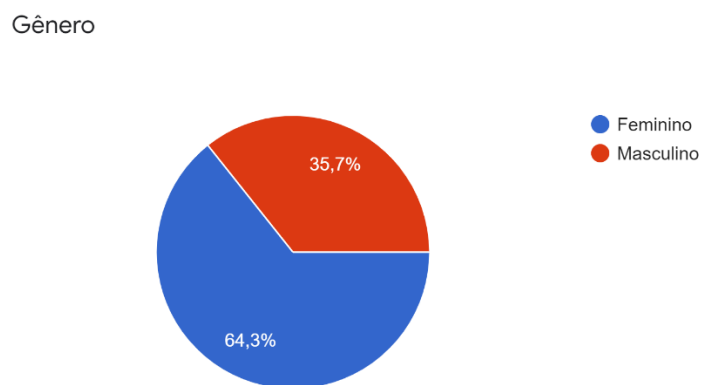


Fonte: Google Maps (2020)

7.2 Dados Socioeconômicos

Como método de pesquisa, foi realizado um questionário de opinião sobre o bairro do Jardim São Cristóvão. Dentre os dados obtidos através da pesquisa de campo, obteve-se 40 repostas, em média, em um questionário. A seguir, podemos analisar algumas questões de pesquisa:

Gráfico 01 – Gênero.

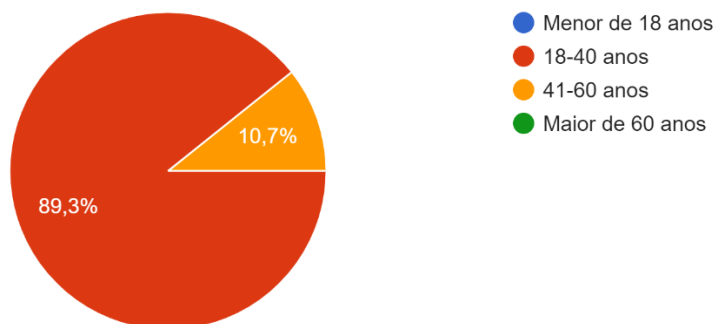


Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

64% das pessoas entrevistadas são do gênero feminino. Nos gráficos abaixo, vemos que ambos os gêneros tem entre 18-40 anos e sua maioria tem apenas Ensino Médio Completo.

Gráfico 02 – Idade.

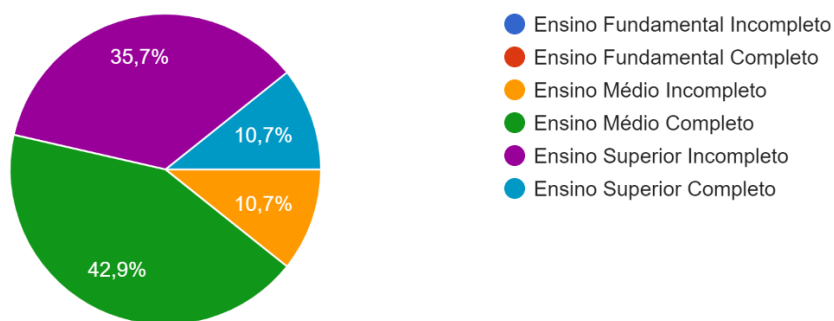
Idade



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

Gráfico 03 – Nível de escolaridade.

Nível de escolaridade



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

8 LEGISLAÇÃO

8.1 Plano Diretor de São Luís

Trata das definições, objetivos e diretrizes gerais como principal instrumento normativo da política de desenvolvimento urbano de São Luís.

8.2 NBR 9050/2015

Esta norma estabelece parâmetros a serem seguidos com relação a acessibilidade em todo o meio da construção civil, traçando pontos a serem observados no projeto.

8.3 Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal (CF) de 1988, é a que rege todos os âmbitos jurídicos brasileiros atualmente, desde a sua independência em 1822, sendo a sétima constituição que o país tem e a sexta desde que se tornou uma República. A mesma também valida diretrizes para toda a organização da Assistência Social.

8.4 Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS

A LOAS trata das definições e objetivos da Assistência Social, tratando como direito do cidadão e dever do Estado, assegurada pela Política de Seguridade Social não contributiva.

9 CENTRO COMUNITÁRIO JARDIM SÃO CRISTÓVÃO

9.1 Conceito e Partido

“*Primeiro nós moldamos as cidades – então, elas nos moldam*”, é a partir dessa frase de Jan Gehl, que tomamos partido para execução deste projeto que tem como caráter ser objeto transformador da sociedade na comunidade em que for inserido. Moldando a comunidade, através de atividades educacionais e espaços abertos para interação social, para que se comece a moldar o conhecimento, comportamento e vida da população. Um Centro Comunitário traz a ideia de **lugar de encontro**, onde forma uma abertura na malha urbana, norteando fisicamente e visualmente todos os moradores e o seu entorno, formando um ponto de referência em lazer, educação e assistencialismo para a população.

A proposta do Centro Comunitário para o bairro do Jardim São Cristóvão surge após percebe-se as necessidades sociais atuais. Escasso de espaços abertos seguros e confortáveis para a população praticar os laços de convívio e atividades de lazer, e também de ambientes que prestem serviços públicos desde educação a saúde. O centro propõe trazer atividades para ambas as faixas etárias como complemento de alguns serviços que já existem no bairro.

Mas para o seu funcionamento e desenvolvimento parte de três diretrizes elaboradas por autores portugueses¹ que são elas: proximidade, flexibilidade e participação. A **proximidade** relaciona-se com os problemas que terão que ser resolvidos, próximo da comunidade de forma articulada e preventiva, identificando as necessidades, conhecendo os efeitos reais das políticas setoriais, situando as novas oportunidades, criando espaços de autonomia, criando condições de solidariedade e harmonia.

Flexibilidade visa o funcionamento moldável do centro comunitário, não se limitando apenas dentro da edificação, mas levando as suas atividades ofertadas até onde for necessário para alcançar o público necessitado. Programando as atividades e facilitando a adequação dos programas de ação de acordo com a situação, sempre inovando no trabalho.

Por fim, a **participação** necessita do envolvimento da comunidade na resolução dos problemas da comunidade afim de agir como uma associação comunitária, decidindo coletivamente para o bem estar de todos. A participação é um processo que requer técnicas baseada em cada comunidade para implementação do centro comunitário.

Sendo assim um polo de animação gerador de dinâmicas locais, polivalente, fomentando a participação das pessoas, famílias, partindo de uma praça central como área

¹ BONFIM, Catarina. **Centro Comunitário**. Lisboa, 2000.

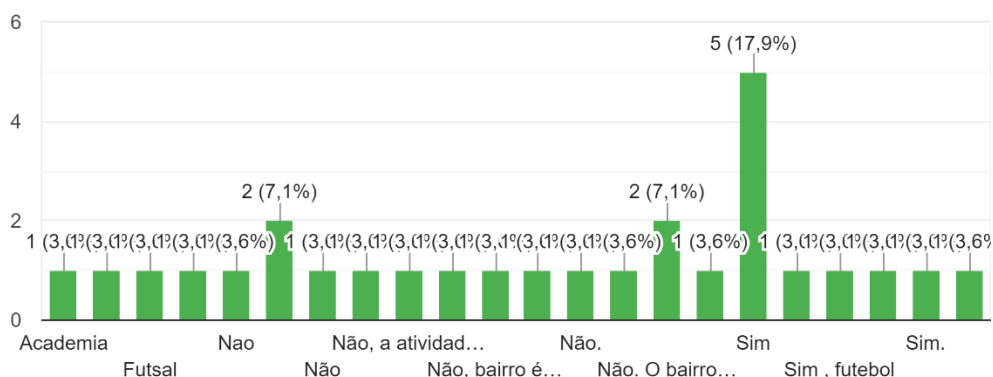
principal de encontro dos indivíduos e uma edificação onde será ministrada atividades e serviços do centro comunitário, incluindo o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

9.2 Memorial Justificativo

Todo o projeto foi pensado para atender a necessidade de lazer e educação dos moradores do Jardim São Cristóvão, uma vez carente de espaços destinados a esse tipo de uso. O programa de necessidades foi elaborado através de um estudo feito por meio de visitas e questionários na área do terreno de projeto. Através dos questionários podemos entender um pouco mais das necessidades e sentimentos dos moradores ou usuários do local.

Gráfico 04 – Atividades físicas.

Você pratica esportes (caminhada, futebol, corrida, etc.) no bairro? Sim ou não? Se não, justifique.

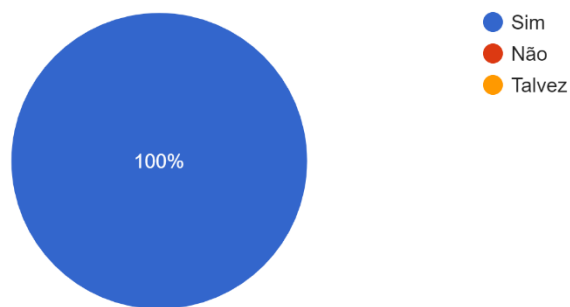


Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

Através desse gráfico podemos perceber que as opiniões ficam divididas com relação a prática de atividades físicas dentro do bairro. Algumas pessoas usam de equipamentos urbanos como academias para a prática de esportes, outras dizem que não praticam pois não se arriscariam, por não haver espaço adequado e outras chegam a recorrer para outros bairros com disponibilidade de espaços adequados para a prática.

Gráfico 05 – Questionário espaços públicos.

Você sente falta de espaços públicos dentro do bairro destinados ao lazer e/ou pratica de esportes?



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

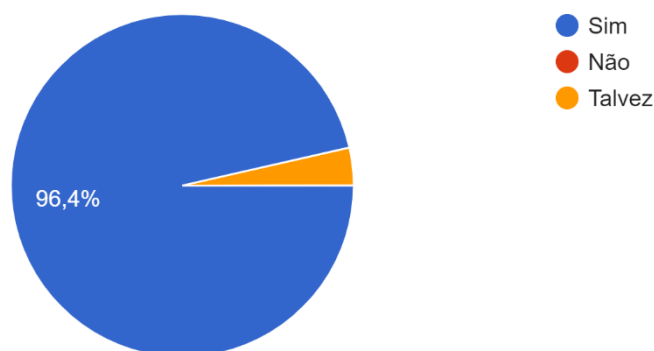
Quando se fala em falta de espaços públicos as respostas se igual e ambos os moradores se sentem insatisfeitos e que sentem falta de espaços públicos dentro do bairro destinados a uso de lazer.

Quando se é perguntado se gostariam que o bairro disponibilizasse de espaços para este uso, em sua maioria de 96,4% dizem que sim.

Atualmente, no terreno de projeto é conhecido pelo Campo de Futebol que é existente ali, mas raramente utilizado. Porém, é possível perceber que algumas pessoas já utilizaram desse equipamento alguma vez e dividem-se opiniões sobre a utilidade do campo dentro do bairro.

Gráfico 06 – Pesquisa de opinião.

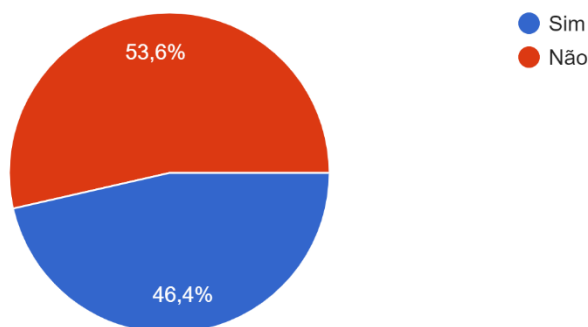
Gostaria que o bairro disponibilizasse de locais para a pratica de lazer, esportes e cursos comunitários (ex: artesanato, musica, pré-vestibular, dança, natação, etc.)?



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

Gráfico 07 – Pesquisa de opinião.

Você acha o Campo de Futebol do Tocão um espaço útil para todos no bairro?

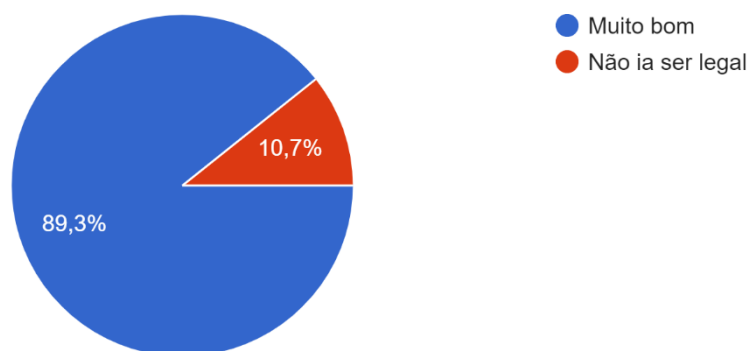


Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

O histórico do Campo de Futebol, é traçado por marcas violentas da criminalidade, com registros de homicídios no local, sua quadra poliesportiva é utilizada por criminosos ou usuários de drogas. Conhecendo sobre essa realidade, a proposta de projeto de Centro Comunitário vem com o intuito de ser um agente transformador na vida de todos que vivem próximo ao local. A partir disso, foi-se perguntado aos moradores se gostariam que esse tipo de projeto substituísse o Campo e a Quadra que hoje são existentes no local.

Gráfico 08 – Pesquisa de opinião.

O que você acharia se surgisse uma proposta de um Centro Comunitário onde seria ofertado um espaço para a prática de espo...ubstituindo o Campo de Futebol do Tocão?

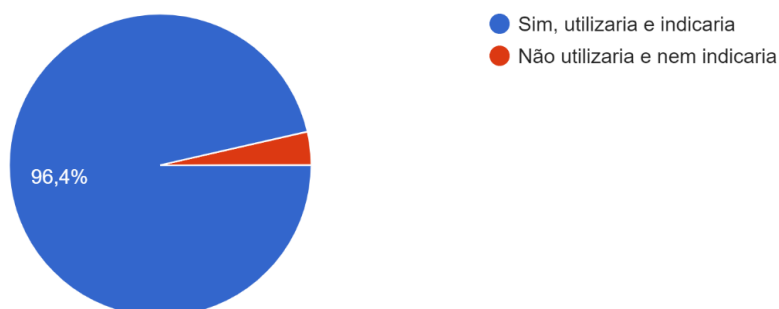


Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

Em sua maioria, acharia muito boa ideia ter um projeto assim no local, com 10% de negatividade a proposta sugerida. Por fim, perguntando se os mesmos chegariam a utilizar o equipamento urbano e se sugeririam para outras pessoas utilizarem também.

Gráfico 09 – Pesquisa de opinião.

Se funcionasse, você frequentaria e/ou indicaria o Centro Comunitário para as pessoas utilizarem?



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

A partir destes questionários podemos começar a pensar no projeto, elaborando soluções para as necessidades da população. Através do programa de necessidades, sugerimos vários serviços que podem ser oferecidos dentro do Centro Comunitário.

9.2.1 Programa de Necessidades

No programa de necessidades é onde definimos uma relação de áreas e serviços que a proposta de projeto irá disponibilizar. O Centro Comunitário do Jardim São Cristóvão foi dividido em 4 grandes áreas importantes dentro do projeto. Essas áreas são: Acolhimento, Aprendizado e Cultura, Apoio, Esportes e Lazer.

A área de **Acolhimento**, consiste no espaço que serão ofertados os serviços de Assistência Social bem como a administração do Centro Comunitário, será também ofertado um espaço de Creche Comunitária Integral, onde ofertará 44 vagas para a Pró-Infância com objetivo de ampliar o acesso de crianças a rede de Ensino Infantil. Na própria creche comunitária será disponibilizado uma área de cozinha, onde será preparado as refeições para os alunos. A área administrativa do Centro Comunitário contará com salas de diretoria, coordenação, secretaria e sala de apoio para professores. A área de Assistência Social, consiste em oferecer os serviços básicos de assistência para a população, com objetivo em suprir as necessidades da comunidade dentro do bairro. O Acolhimento também disponibilizará de um Restaurante com capacidade para fornecer refeições para até 400 pessoas.

A área de **Aprendizado**, dispõe das salas de aula da creche comunitária, salas de aula para cursos profissionalizantes, cursos de idiomas e pré-vestibular e salas de oficinas. Contará com uma biblioteca comunitária, dispendo de recepção para empréstimos e devoluções de livros, salas de estudo coletivo e individual.

O **Apoio**, servirá de auxílio para todo o Centro Comunitário dispendo de serviços de cozinhas, depósitos de alimentação, de limpeza, banheiro, sala de estocagem de materiais.

A área de **Esportes e Lazer**, será a área que vai dispor de quadra poliesportiva, piscina semiolímpica, vestiários, banheiro PCD, arquibancadas com vagas para PCD. A quadra poderá ser um espaço de competições assim como a piscina. Servindo também de ambiente de aprendizado com atividades esportivas. A área de lazer será toda a área frontal do projeto onde disponibilizará de um espaço fraterno e aberto para toda a comunidade, com intuito de fomentar o uso do espaço público, ofertando uma área com segurança e qualidade para a prática de atividades esportivas e brincadeiras. Contará com uma área de playground e uma academia ao ar livre com equipamentos públicos.

Fora todo esse plano o Centro Comunitário também disponibilizará uma área de estacionamento aberto com 56 vagas exclusivo para usuários do espaço.

9.2.2 Pré-Dimensionamento

| GRUPO | AMBIENTES | QUANTIDADE | M ² | ÁREA TOTAL |
|---|--|------------|----------------|------------|
| A C O L H I M E N T O | HALL DE ATENDIMENTO | 1 | 175,02 | 175,02 |
| | SECRETARIA | 1 | 10,83 | 10,83 |
| | COORDENAÇÃO | 1 | 9,57 | 9,57 |
| | DIRETORIA | 1 | 11,39 | 11,39 |
| | SALA DOS PROFESSORES | 1 | 16,32 | 16,32 |
| | CENTRAL DE ATENDIMENTO ASSISTÊNCIA SOCIAL | 1 | 62,10 | 62,10 |
| | SALA PSSICOSOCIAL | 1 | 9,27 | 9,27 |
| | SALA JURIDICA | 1 | 9,24 | 9,24 |
| | SUBSEDE CRAS | 1 | 9,24 | 9,24 |
| | CRECHE COMUNITÁRIA | 1 | 178,57 | 178,57 |
| | POSTO DE SAÚDE | 1 | 257,68 | 257,68 |
| | RESTAURANTE | 1 | 370,44 | 370,44 |
| | | | | 1119,67 |

| GRUPO | AMBIENTES | QUANTIDADES | M ² | ÁREA TOTAL |
|---|--------------------------------|-------------|----------------|------------|
| A P R E N D I Z A D O | SALA DE ATIVIDADES 1 | 1 | 31,14 | 31,14 |
| | SALA DE ATIVIDADES 2 | 1 | 39,14 | 39,14 |
| | SALA MULTIFUNCIONAL | 2 | 78,28 | 78,28 |
| | SALA DE OFICINAS | 2 | 67,51 | 67,51 |
| | BIBLIOTECA | 1 | 237,11 | 237,11 |
| | SALA DE DANÇA/MÚSICA/TEATRO | 1 | 64,64 | 64,64 |
| | AUDITÓRIO | 1 | 223,83 | 223,83 |
| | FOYER | 1 | 147,73 | 147,73 |
| | | | | |

| GRUPO | AMBIENTES | QUANTIDADE | M ² | ÁREA TOTAL |
|-----------------------|------------------------|------------|----------------|------------|
| A P O I O | COZINHA | 2 | 60,21 | 60,21 |
| | DEPÓSITO | 3 | 39,44 | 39,44 |
| | BANHEIRO INFANTIL | 1 | 22,29 | 22,29 |
| | WC FEMININO | 4 | 52,62 | 52,62 |
| | WC MASCULINO | 4 | 54,50 | 54,50 |
| | WC PNE | 4 | 12,83 | 12,83 |
| | DML | 1 | 7,79 | 7,79 |
| | ESTOCAGEM DE MATERIAIS | 1 | 11,50 | 11,50 |
| | | | | 261,18 |

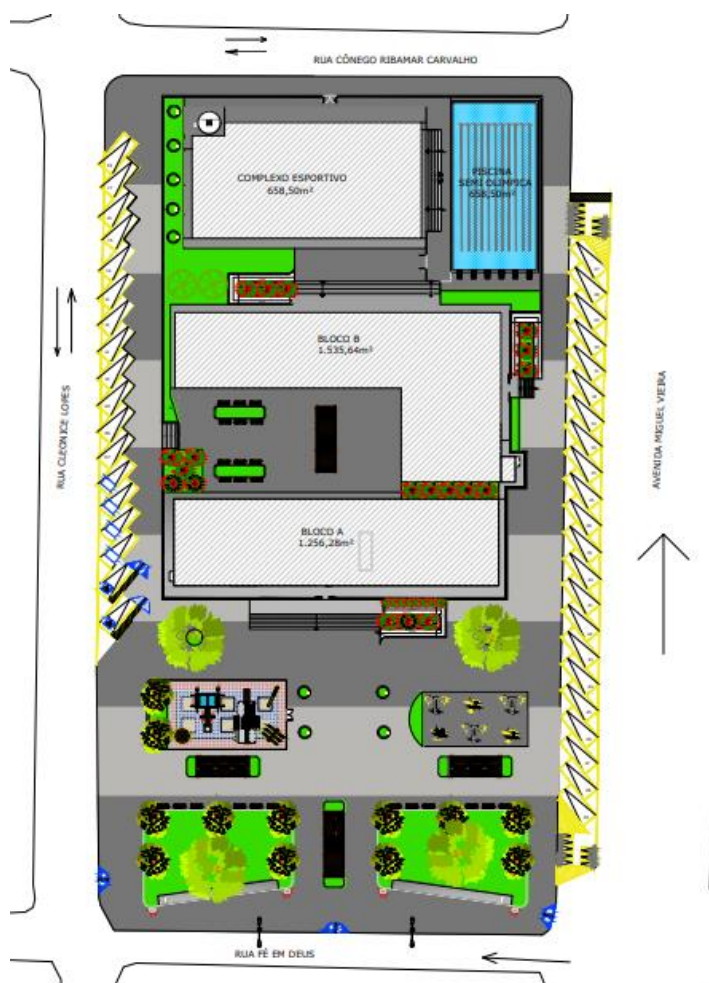
| GRUPO | AMBIENTES | QUANTIDADE | M ² | ÁREA TOTAL |
|--------------------------------------|----------------------|------------|----------------|------------|
| E S P O R T E S | QUADRA POLIESPORTIVA | 1 | 471,49 | 471,49 |
| | PISCINA SEMIOLIMPICA | 1 | 312,50 | 312,50 |
| | VESTIÁRIO FEMININO | 1 | 33,04 | 33,04 |
| | VESTIÁRIO MASCULINO | 1 | 33,62 | 33,62 |
| | PLAYGROUND | 1 | 185,24 | 185,24 |
| | ACADEMIA AO AR LIVRE | 1 | 128,02 | 128,02 |
| | PRAÇA | 1 | 3122,25 | 3122,25 |
| | | | | |

9.3 Projeto Arquitetônico

A área total do terreno é de 8.805,26m², de acordo com a legislação vigente de zoneamento da cidade de São Luís do Maranhão, o projeto arquitetônico teria que ter uma área total máxima edificada de 13.207,09m² e a área livre do lote de 3.522,10.

A partir do plano de necessidades foi definido a área total edificada totalizando em 4.328,37m², com uma área livre de 4.107,91m² e uma área permeável de 1.023,68m². Dois blocos abrigarão as áreas de acolhimento, aprendizado, apoio e esportes e lazer. Na implantação geral, é possível verificar a divisão dos blocos.

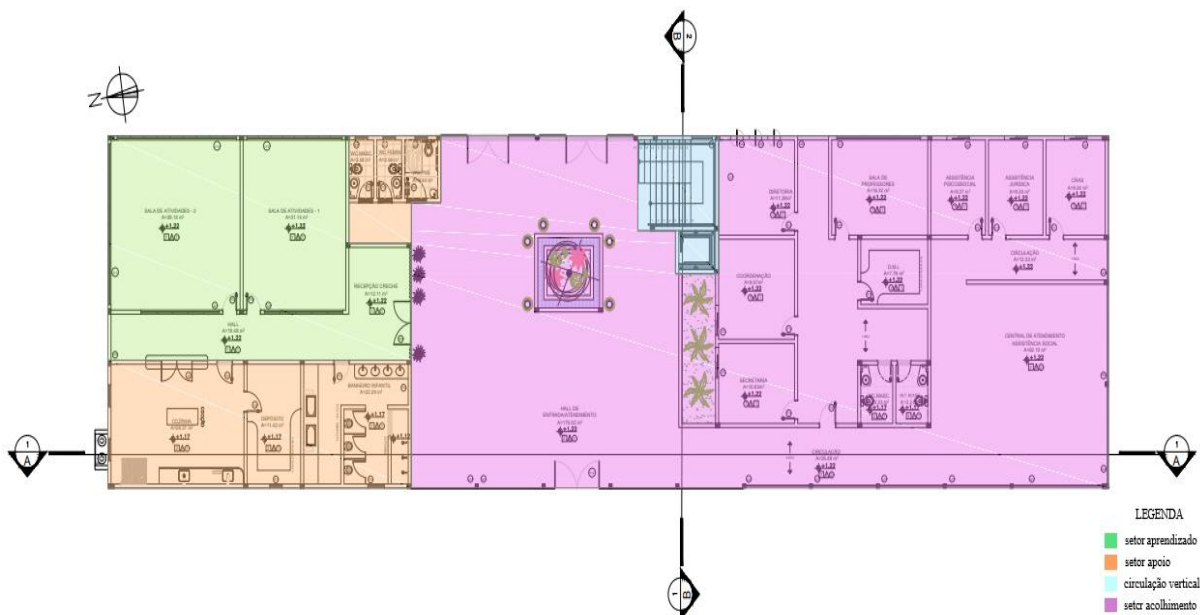
Imagem 37 – Implantação Geral.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

Após a identificação dos blocos na Implantação, podemos prosseguir analisando a divisão dos ambientes através da setorização, onde classificará cada área, seja ela de acolhimento, aprendizado ou apoio.

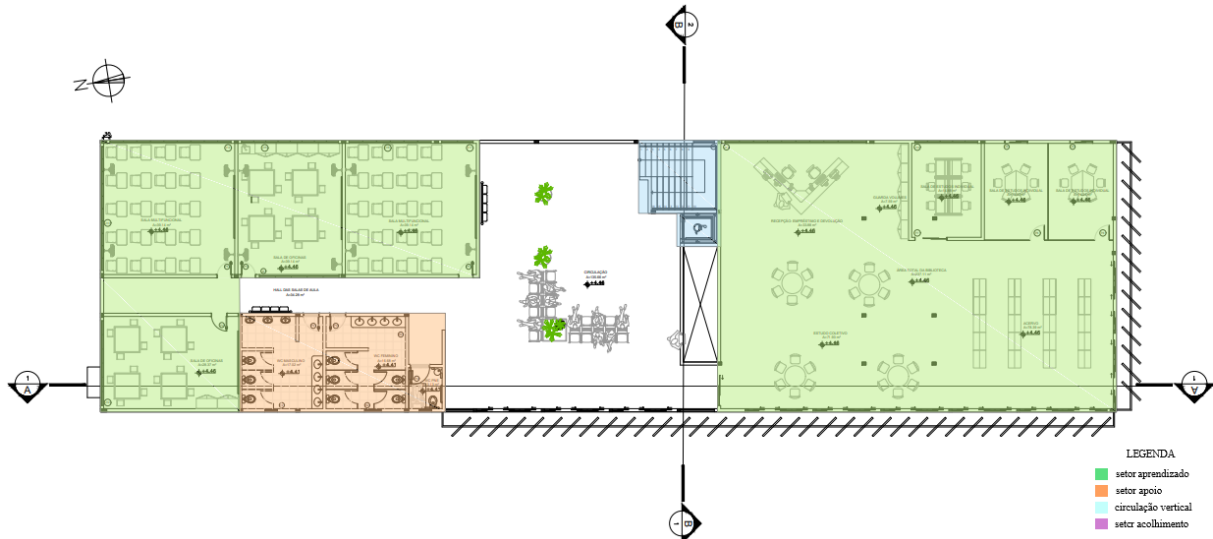
Imagem 38 – Setorização Bloco A Térreo.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

No Bloco A, o pavimento térreo deve dispor do Hall de Atendimento, onde terá o controle das pessoas que utilizarão o centro comunitário, a creche comunitária e suas subdivisões, ou seja, as salas de aula que abrigarão 44 alunos da pré-infância, uma cozinha para o preparo de refeição dos alunos e um sanitário onde servirá como fraldário e área de banho. No mesmo bloco, teremos a área da administração do Centro Comunitário e ao lado a Central de Atendimento da Assistência Social, que ajudará a comunidade com serviços de apoio psicossocial, jurídico e uma subsele do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

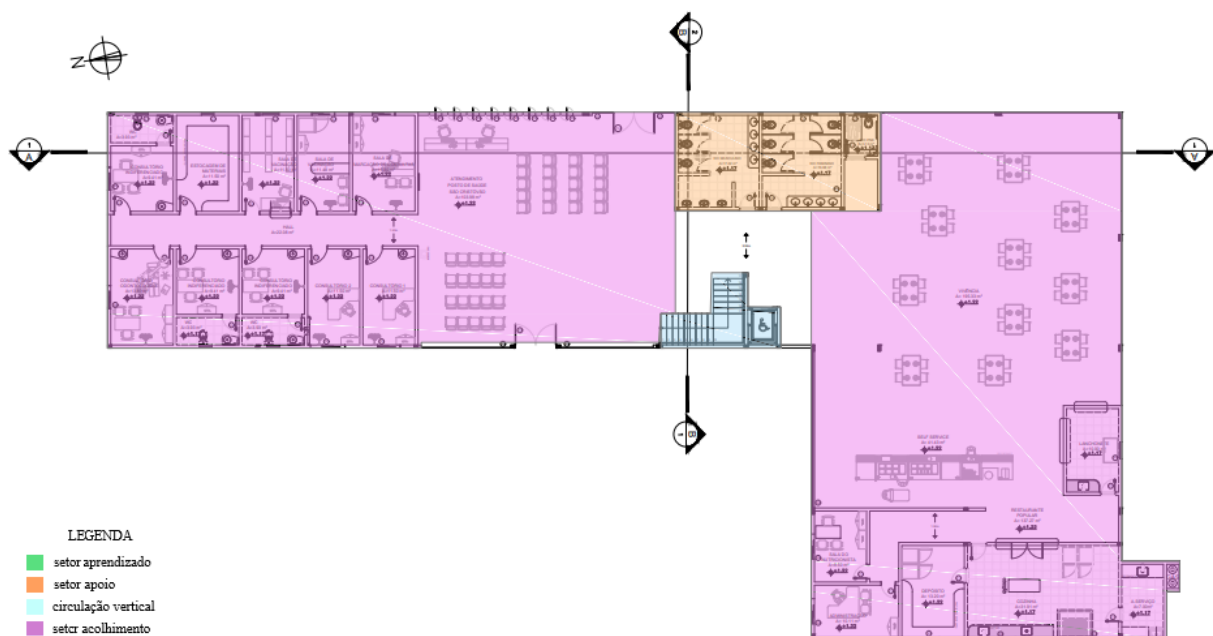
Imagem 39 – Setorização Bloco A 1º Pavimento.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

No segundo pavimento (Imagem 39), teremos as salas de aula para cursos profissionalizantes e idiomas, bem como as salas de oficinas e sanitários feminino e masculino, e sanitário PCD. Teremos uma área de estar, onde se espera as aulas iniciarem e uma biblioteca comunitária que poderá ofertar salas de estudo coletivo e individual, área de guarda volumes e central de empréstimo e devoluções.

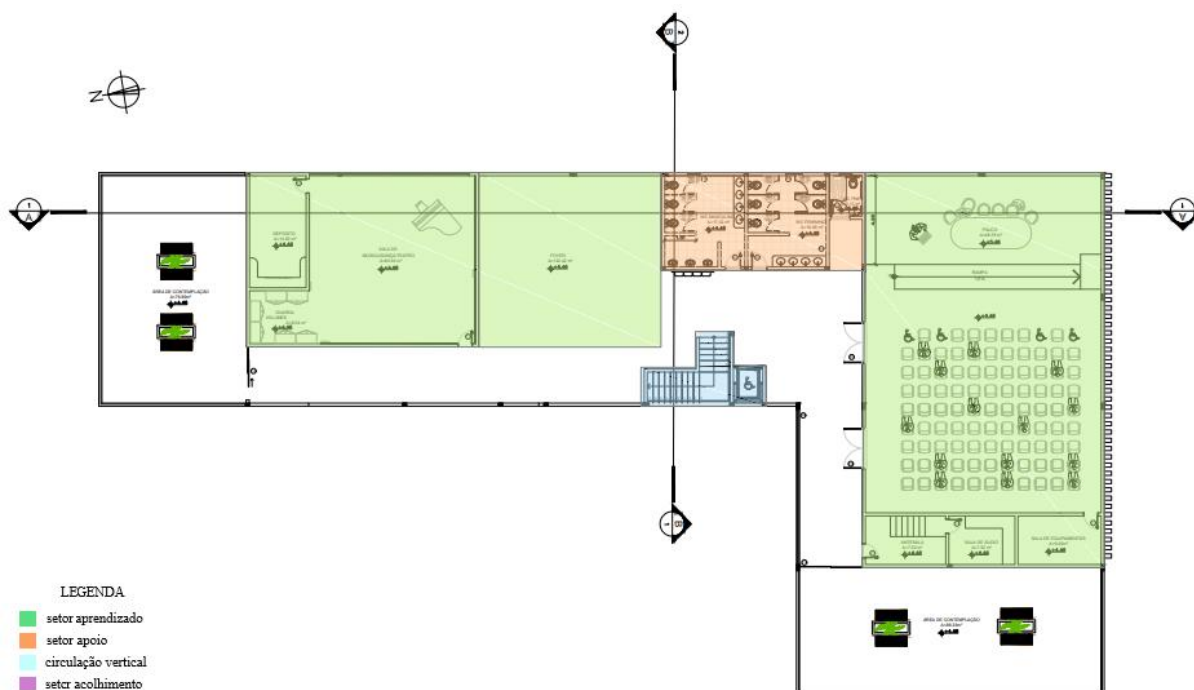
Imagem 40 – Setorização Bloco B Térreo.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

No Bloco B (Imagem 40), foi locado o posto de saúde do bairro, uma vez que anteriormente existia em outro local, mas foi retirado em outro bairro, o que por logica, não faz sentido. Então foi criado um espaço para o Posto de Saúde do Jardim São Cristóvão, com consultórios gerais sem banheiros e com banheiros, consultório odontológico, depósito de estocagem de materiais, sala de vacinação e uma farmácia comunitária.

Imagem 41 – Setorização Bloco B 1º Pavimento.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020)

No primeiro pavimento do Bloco B, será ofertado o auditório com capacidade para 99 pessoas com 4 vagas para PCD, com sala de áudio e sala de equipamentos, um foyer e sanitários feminino e masculino e banheiro PCD. Ofertará também uma sala de dança que servirá de espaço para aulas de música e teatro também, juntamente ao depósito para estocagem de materiais e também uma área de guarda volumes. O Bloco B possui um diferencial, uma vez que no primeiro pavimento contará com duas áreas de contemplação.

9.4 Detalhes Construtivos

Vários pontos devem ser levados em consideração nesse momento; o primeiro, é que por se tratar de uma obra pública, o orçamento é sempre fundamental para analisar a viabilidade do projeto, logo devemos usar de materiais que precisem de pouca manutenção e bastante durabilidade.

O sistema construtivo é feito por um tipo tradicional de laje painel treliçado com EPS, juntamente a vigas e pilares de concreto armado. A NBR 14859-1 e NBR 14859-2 que

trata de lajes pré-fabricadas de concreto determina que esse sistema deve ser armado com base de 3x12cm em concreto que sustentará a treliça metálica constituída por barras de aço carbono, duas barras inferiores e uma barra superior com duas transversais colocadas diagonalmente. Esse tipo de sistema construtivo elimina as fôrmas e reduz o escoramento, com enchimento de Poliestireno Expandido, conhecido como Isopor.

Imagem 42 – Sistema de laje treliçado unidirecional.



Fonte: Google Imagens (2020)

Nas áreas internas será vedada com alvenaria de blocos de concreto, esquadrias em alumínio e vidro. Os vidros que irão compor a fachada da edificação, por ser totalmente voltada para o sol da tarde, será aplicada película térmica em todos os vidros das esquadrias e painéis de vidro. A cobertura será em laje impermeabilizada com sistema de telhas metálicas do tipo sanduíche, onde o miolo terá espuma antirruído tratando do conforto térmico e acústico. Instalação de pisos cerâmicos, beirais metálicos em arco na cor verde que juntamente aos pilares pintados com tinta acrílica fosca na cor marrom, que ficarão em amostra na fachada principal, a união de ambos se assemelhará com árvores, onde os beirais serão as copas e os pilares os troncos das árvores.

Imagem 43 – Telha termoacústica.



Fonte: Google Imagens (2020).

Na área externa, pisos em concreto ou blocos intertravados que serviram como dreno das águas pluviais pelo solo junto a sistemas drenantes que ficaram dentro das áreas de vegetação. As águas captadas serão redistribuídas para serem reutilizadas como sistema de irrigação na vegetação; as praças e todas as áreas de circulação externas terão variedades de plantas de diversos portes, sendo ambas vegetações típicas da região, criando um espaço acolhedor para os seus usuários.

O playground, localizado na área de praça em frente ao Centro Comunitário, terá pisos emborrachados nas cores vermelho, azul, amarelo e verde com gradil protegendo as crianças de ações externas.

Imagem 44 – Piso emborrachado para playground.



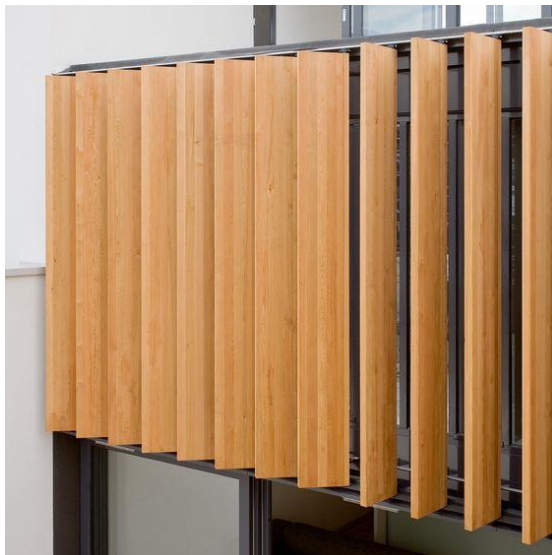
Fonte: Google Imagens (2020).

9.4.1 Materiais diferenciais

9.4.1.1 Brise Vertical

Os brises são sistemas de proteção contra incidência solar perfeitos para fachadas mantendo uma temperatura agradável e dando o toque moderno e agradável nas edificações. Foram escolhidos brises de madeira para compor a fachada principal do Bloco A (Imagem 46) no qual protegerá a biblioteca dos raios solares, mas ainda permitindo que as janelas fiquem abertas permitindo ventilação cruzada dentro do ambiente. Já no Bloco B, em sua fachada lateral foram utilizados elementos arquitetônicos que agem como brises (Imagem 49), com a mesma funcionalidade.

Imagem 45 – Brise de madeira vertical.



Fonte: Google Imagens (2020).

9.5 Perspectivas

Imagem 46 – Vista geral da Implantação.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 47 – Fachada.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 48 – Vista Academia ao Ar Livre.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 49 – Vista playground.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 50 – Vista lateral Bloco B.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 51 – Vista lateral área externa entre blocos.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

Imagem 52 – Vista complexo esportivo.



Fonte: Material elaborado pela autora (2020).

10 CONCLUSÃO

Através de todas as pesquisas realizadas, questionários elaborados, pode-se perceber a grande falta de equipamentos urbanos dentro da cidade o qual ofereçam segurança e qualidade para a população. Concluo este trabalho a partir dos estudos de caso analisados, é visível não somente na cidade de São Luís, mas como dentro e fora do país, a necessidade e a importância que os centros comunitários tem dentro da sociedade.

A importância do papel exercido pela assistência social, pelo CRAS, o qual diariamente enfrenta as dificuldades não só de hoje, mas desde o início da sua implementação, o qual importante é tê-lo na sociedade brasileira, combatendo a forte desigualdade social no país. Pode-se notar também, que há muitos lugares espalhados pelo país que já iniciaram projetos como este apresentado nesse trabalho, para combater a desigualdade, a criminalidade, desenvolvendo grandes serviços sociais junto à comunidade, transformando a vida de cada pessoa.

Após a análise de equipamentos existentes, pode-se perceber que a inclusão de ambientes relacionados a cultura, lazer, esportes e profissional, há uma eficácia quando ambos se juntam, bem maior do que quando agem separadamente. Logo, através desse projeto para o bairro do São Cristóvão, o centro comunitário deve agir diretamente na vida das pessoas incentivando as utilizar e se sentir pertencidas ao local, visando que se tem um espaço público bem cuidado e destinado a população.

O papel do arquiteto é fundamental na construção de projetos como esse, uma vez que o mesmo analisa todos os dados que influenciaram no projeto, especificamente a vida das pessoas e suas necessidades. Partindo da ideia de respeito, valorização e cuidado ao próximo, com projetos como este, pode-se valorizar a vida da sociedade, proporcionando uma qualidade de bem estar maior.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, L. G.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceito e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2012. Disponível: <http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/qualidade_vida.pdf> Acesso em: 20 mai. 2020.

APRENDIZ, Associação Cidade Escola. **Bairro Escola Passo a Passo**. Salvador: Cipó Produções, 2014. Disponível em: <https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Bairro-escola_passo-a-passo.pdf> Acesso em: 26 mar. 2020.

BONFIM, Catarina. **Centro Comunitário**. Lisboa, 2000. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/documents/10152/51562/Centro_comunitario/a0a29948-aba9-446b-afc0-8561ad725e37> Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 07 dez 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CIDADANIA, Ministério da. **CENSO SUAS 2019 – Resultados Nacionais**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/portal-censo/>> Acesso em: 09 out. 2020

CIDADES, Programa Soluções para. **Espaços Públicos: Leitura Urbana e Metodologia de Projeto**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.solucoesparacidades.com.br/wp-content/uploads/2013/11/Manual%20de%20espacos%20publicos.pdf>> Acesso em: 25 set. 2020

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Secretaria Estadual de Assistência e. **CRAS: Marcos Legais**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/445706/mod_resource/content/1/Vol1_CRAS.pdf> Acesso em: 01 out. 2020.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Ministério do. **Estação Cidadania**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://desenvolvimentosocial.gov.br/noticias/estacao-cidadania-leva-esporte-cultura-e-assistencia-social-a-moradores-de-teresina>> Acesso em: 25 mar. 2020.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Ministério do. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL, Ministério do. **Sistema Único de Assistência Social**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

FILHO, Barnabé & GALIANO, Mônica. **Bairro-escola, uma nova geografia do aprendizado**. São Paulo: Tempo D'Imagem, 2005. Disponível em: <https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Bairro-Escola-Nova-geografia_pdf.pdf> Acesso em: 26 mar. 2020.

GEHL, Jan. **Cidade para Pessoas**. Tradução Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2015.

MACHADO, Débora. **Público e Comunitário: Projeto arquitetônico como promotor do espaço de convivência**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/119.pdf> Acesso: 12 out. 2020.

MATHIAS, Antônio Jacinto. **É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança**. Caderno Cenpec, 2006. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/download/167/196>> Acesso em: 25 mar. 2020.

RANGEL, Elisete de Fátima. **A implementação e implantação do CRAS – Centros de Referência de Assistência Social em São José dos Campos: um estudo do CRAS**. São Paulo,

2009. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18016/1/Elisete%20de%20Fatima%20Rangel.pdf>
Acesso em: 09 out. 2020.

REIS, Aparecido Francisco dos. **Violência e Desenvolvimento Local: um estudo sobre a criminalidade entre jovens de 15 a 24 anos em comunidades periurbanas de Campo Grande, MS.** Campo Grande, 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122013000200002&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 15 jun. 2020.

SÃO LUIS. **Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992.** Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. São Luís, MA, 29 dez 1992. Disponível em:
<<http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203253.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

SILVA, Eliana Sousa. **Projeto aluno presente: uma metodologia intersetorial para a garantia do direito à educação de todas e todos.** Rio de Janeiro: Cidade Escola Aprendiz, 2017. Disponível em: <<https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2017/11/projeto-aluno-presente-web.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2020.

SOARES, Luíz Eduardo. **Vidas presentes.** Rio de Janeiro: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2017. Disponível em: <<https://www.cidadeescolaaprendiz.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Vidas-Presentes.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2020

APÊNDICE

Questionário On-line

Questionário para desenvolvimento de TCC

Pesquisa de opinião sobre o bairro Jardim São Cristóvão para o Trabalho de Conclusão de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Dom Bosco - UNDB.

1. Gênero *

Marcar apenas um oval.

Feminino

Masculino

Outro:

2. Idade *

Marcar apenas um oval.

Menor de 18 anos

18-40 anos

41-60 anos

Maior de 60 anos

3. Nível de escolaridade *

Marcar apenas um oval.

Ensino Fundamental Incompleto

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio Incompleto

Ensino Médio Completo

Ensino Superior Incompleto

Ensino Superior Completo

4. Você é morador ou frequentador do bairro Jardim São Cristóvão? (Jardim São Cristóvão I e II, Ipem São Cristóvão) * *Marcar apenas um oval.*

Sim

Não

5. Você pratica esportes (caminhada, futebol, corrida, etc.) no bairro? Sim ou não? Se não, justifique. *

6. Você sente falta de espaços públicos dentro do bairro destinados ao lazer e/ou pratica de esportes? *

Marcar apenas um oval.

- Sim
 Não
 Talvez

7. O bairro dispõe de locais que ofereçam cursos comunitários? (ex: artesanato, música, pré-vestibular, dança, natação, etc.)? * *Marcar apenas um oval.*

- Sim
 Não
 Não sei

8. Gostaria que o bairro disponibilizasse de locais para a pratica de lazer, esportes e cursos comunitários (ex: artesanato, música, pré-vestibular, dança, natação, etc.)? *

Marcar apenas um oval.

- Sim
 Não
 Talvez

9. Você conhece o Campo de Futebol Tocão? *

Marcar apenas um oval.

- Sim
 Não

10. Você já utilizou o campo para praticar esportes ou lazer, ou qualquer outra atividade comunitária? * *Marcar apenas um oval.*

- Sim
 Não

11. Você acha o Campo de Futebol do Tocão um espaço útil para todos no bairro? *

Marcar apenas um oval.

- Sim
 Não

12. O que você acharia se surgisse uma proposta de um Centro Comunitário onde seria ofertado um espaço para a prática de esportes e cursos para todas as idades e também uma praça para o lazer da comunidade, substituindo o Campo de Futebol do Tocão? *

Marcar apenas um oval.

Muito bom

Não iria ser legal

13. Se funcionasse, você frequentaria e/ou indicaria o Centro Comunitário para as pessoas utilizarem? *

Marcar apenas um oval.

Sim, utilizaria e indicaria

Não utilizaria e nem indicaria